



ÁGUA BRANCA PREV

CNPJ 05.110.021/0001-83

Rua Jorge Elias Hitte, 276, Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ÁGUA BRANCA

RELATÓRIO DE GESTÃO

ABPREV
2022

Gilvani Pereira Rosa

Diretor - Presidente (de 01/01/2022 a 31/12/2022)

Ines Gomes Silva

Diretora de Previdência e Atuária (de 01/01/2022 a 31/12/2022)

Julimar Pinheiro Alves

Contador (de 01/01/2022 a 31/01/2022)

Izadora Breda Fedeszen Quiuqui

Contadora (de 01/02/2022 a 01/05/2022)

Fernanda Carletti

Contadora (de 02/05/2022 a 31/12/2022)



1 INTRODUÇÃO

Este Relatório versa sobre os atos de gestão praticados pelo ABPREV no exercício de 2022 no que se refere às estratégias de atuação tomadas, das atividades desempenhadas e dos resultados obtidos, sendo destaque nestas ações a manutenção da validade do Certificado de Regularidade Previdenciário – CRP, emitido pelo Ministério da Previdência Social, o qual possibilita ao Município pleitear recursos federais com a finalidade de prestar mais serviços que beneficiam a sociedade.

Criado pela Lei nº. 523, de 17 de maio de 2002, o Instituto de Previdência do Município de Águia Branca possui o papel de gerenciar o Regime Próprio de Previdência do município.

Sua formação jurídica é de Autarquia Municipal, com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira. O Instituto tem por objetivo praticar as operações na área essencial de previdência aos servidores públicos titulares de cargo efetivo do município, sendo responsável pela gestão de benefícios como aposentadoria e pensão.

2 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

2.1- Estrutura Organizacional

2.1.1- Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva do ABPREV é o órgão superior de administração do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca – ÁGUIA BRANCA PREV, sendo composta de um Diretor-Presidente, de um Diretor de Previdência e Atuária e de um Diretor Administrativo-Financeiro, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, dentre os servidores efetivos, devendo ser pessoas qualificadas para a função e com comprovante de habilitação profissional, sendo escolhidos entre os servidores inscritos no regime de que trata a Lei nº 523/2002 desde que conte, no mínimo, 06 (seis) anos de efetivo exercício em cargo público e detenham conhecimento compatível com o cargo a ser exercido e demais disposições pertinentes à aludida lei.

Compete ao Diretor-Presidente:

- I. cumprir e fazer cumprir a legislação que compõe o regime de previdência de que trata esta Lei;
- II. convocar as reuniões da Diretoria, presidir e orientar os respectivos trabalhos, mandando lavrar as respectivas atas;



ÁGUIA BRANCA PREV

CNPJ 05.110.021/0001-83

Rua Jorge Elias Hitte, 276, Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000



- III. designar, nos casos de ausências ou impedimentos temporários dos Diretores de Previdência e Atuária e do Administrativo-Financeiro, os servidores que os substituirão;
- IV. representar o ÁGUIA BRANCA PREV em suas relações com terceiros;
- V. elaborar o orçamento anual e plurianual do ÁGUIA BRANCA PREV;
- VI. constituir comissões;
- VII.celebrar e rescindir acordos, convênios e contratos em todas as suas modalidades, inclusive a prestação de serviços por terceiros, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- VIII.autorizar, conjuntamente com os Diretores, as aplicações e investimentos efetuados com os recursos do Instituto e com os do patrimônio geral do ÁGUIA BRANCA PREV, observado o disposto no art. 50;
- IX. avocar o exame e a solução de quaisquer assuntos pertinentes ao ÁGUIA BRANCA PREV.

Compete ao Diretor de Previdência e Atuária

- I. conceder os benefícios previdenciários de que trata esta Lei;
- II. promover os reajustes dos benefícios na forma do disposto nesta Lei;
- III. administrar e controlar as ações administrativas do ÁGUIA BRANCA PREV;
- IV. praticar os atos referentes à inscrição no cadastro de segurados ativos, inativos, dependentes e pensionistas, bem como à sua exclusão do mesmo cadastro;
- V. acompanhar e controlar a execução do plano de benefícios deste regime de previdência e do respectivo plano de custeio atuarial, assim como as respectivas reavaliações;
- VI. gerir e elaborar a folha de pagamento dos benefícios;
- VII.aprovar os cálculos atuariais;
- VIII.substituir o Diretor-Presidente nas ausências ou impedimentos temporários.

Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro

- I. controlar as ações referentes aos serviços gerais, administrativos e de patrimônio;
- II. praticar os atos de gestão orçamentária e de planejamento financeiro;
- III. controlar e disciplinar os recebimentos e pagamentos;
- IV. acompanhar o fluxo de caixa do ÁGUIA BRANCA PREV, zelando pela sua solvabilidade;
- V. coordenar e supervisionar os assuntos relacionados com a área contábil;
- VI. avaliar a performance dos gestores das aplicações financeiras e investimentos;
- VII.elaborar política e diretrizes de aplicação e investimentos dos recursos financeiros, a ser submetido ao Conselho de Administração pela Diretoria



ÁGUIA BRANCA PREV

CNPJ 05.110.021/0001-83

Rua Jorge Elias Hitte, 276, Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000



Executiva;

VIII. administrar os bens pertencentes ao ÁGUIA BRANCA PREV;

IX. administrar os recursos humanos e os serviços gerais, inclusive quando prestados por terceiros.

2.2 Lei de criação do ÁGUIA BRANCA PREV

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca - ÁGUIA BRANCA PREV – foi criado pela Lei nº 523/2002, de 17/05/2002 e é o único órgão gestor responsável pela administração do Regime Próprio de Previdência do Município de Águia Branca e instituído sob a forma de autarquia, é o órgão competente para o conhecimento, a concessão, a fixação de proventos, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários aos segurados do Regime Próprio de Previdência de que tratam esta Lei observada as normas previstas na Constituição Federal.

Compete ao ÁGUIA BRANCA PREV contratar instituição financeira oficial para a gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas, das exigibilidades relativas aos programas previdencial e de investimento, dos fundos dos referidos programas, custódia dos títulos e valores mobiliários, bem como da gestão previdenciária relativamente à concessão, manutenção e cancelamento dos benefícios de aposentadoria e pensão, atualização e administração do cadastro social e financeiro dos servidores, além de gerir a folha de pagamento dos beneficiários de que trata esta Lei, desde que previamente autorizado pelo Conselho de Administração.

2.3 Controle Interno

O Controle Interno do município foi estruturado pela Lei Municipal nº 1.120/2013 em 24 de setembro de 2013. A Controladoria Geral do Município compõe-se da seguinte estrutura:

- 01 (um) cargo de Controlador Geral do Município;
- 01 (um) cargo de Coordenador Técnico de Contabilidade; e
- 02 (dois) cargos de Auditor Público Interno (criados pela Lei nº 1.121/2013).

Devido à economicidade e a inviabilidade de o Município de Águia Branca possuir Unidades de Controle Interno em cada esfera, o Poder Legislativo, assim como o Instituto de Previdência, deverão se submeter às disposições da Unidade Central de Controle Interno, quanto às normas de padronização de procedimentos e rotinas de controles expedidas por esse Órgão Central de Controle Interno.



2.4 Plano de Custeio

O Regime de Previdência estabelecido pela Lei 523/2002 será custeado mediante recursos de contribuições do Município de Águia Branca, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações e dos segurados ativos, inativos e pensionistas bem como por outros recursos que lhe forem atribuídos.

Os recursos do ÁGUIA BRANCA PREV originam-se das seguintes fontes de custeio:

- I. contribuições sociais do Município de Águia Branca, bem como por seus Poderes, suas autarquias e por suas fundações públicas empregadoras;
- II. contribuições sociais dos segurados;
- III. rendimentos das aplicações financeiras e de demais investimentos realizados com as receitas previstas neste artigo;
- IV. aluguéis e outros rendimentos não financeiros do seu patrimônio;
- V. bens, direitos e ativos transferidos pelo Município ou por terceiros;
- VI. outros bens não financeiros cuja propriedade lhe for transferida pelo Município ou por terceiros;
- VII. recursos provenientes de convênios, contratos, acordos ou ajustes de prestação de serviços ao Município ou a outrem;
- VIII. verbas oriundas da compensação financeira para os benefícios de aposentadoria e pensão entre os regimes previdenciários na forma da legislação específica;
- IX. dotações orçamentárias;
- X. transferências de recursos e subvenções consignadas no orçamento do Município;
- XI. doações, legados, auxílios, subvenções; e
- XII. outras rendas, extraordinárias ou eventuais.

A contribuição previdenciária de responsabilidade do Segurado relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários, necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 14,00% (quatorze inteiros por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos (Lei 1.687/2022, de 18/02/2022, art. 1º).

A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 16,84% (dezesesseis inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento), incidente sobre a



ÁGUIA BRANCA PREV

CNPJ 05.110.021/0001-83

Rua Jorge Elias Hitte, 276, Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000



totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos (Lei 1.687/2022, de 18/02/2022, art. 2º.).

A Lei 1.687/2022, de 18/02/2022, art. 3º; instituiu o Plano de Amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, cuja alíquota de contribuição suplementar devida pelo ente para 2022 foi de 26,50% (vinte e seis inteiros e cinquenta centésimos por cento).

O Regime de Previdência estabelecido em Lei é custeado mediante recursos de contribuições do Município de Águia Branca, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações e dos segurados ativos, inativos e pensionistas bem como por outros recursos que lhe forem atribuídos.

O plano de custeio descrito é revisto, a cada exercício, objetivando atender às limitações impostas pela legislação vigente.

Constitui fato gerador das contribuições para o regime de previdência do Município, a percepção efetiva ou a aquisição por estes da disponibilidade econômica ou jurídica de remuneração, a qualquer título, inclusive de subsídios, oriundos dos cofres públicos municipais ou das autarquias e das fundações públicas, tomando-se como base de cálculo as parcelas previstas no art. 13 da Lei 523/2002.

A contribuição mensal dos segurados para o regime de previdência obedece, para efeito de incidência, alíquota estabelecida por intermédio de cálculo atuarial, conforme definido em lei específica.

Para o cálculo das contribuições incidentes sobre a gratificação natalina, é observada a mesma alíquota, sendo que fica dispensado da contribuição para o regime de previdência de que trata a Lei 523/2002, o segurado que completando as exigências para aposentadoria integral e opte por permanecer em atividade.

A contribuição do Município de Águia Branca, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações, para o ÁGUIA BRANCA PREV, não pode exceder, a qualquer título, o dobro da contribuição do segurado. A alíquota alusiva a essa contribuição é estabelecida por meio de cálculo atuarial e consta de lei específica.

O Município é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras apuradas atuarialmente no regime de previdência, na forma da Lei Orçamentária Anual.



ÁGUIA BRANCA PREV

CNPJ 05.110.021/0001-83

Rua Jorge Elias Hitte, 276, Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000



As contribuições sociais do Município, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo para o ÁGUIA BRANCA PREV são constituídas de recursos adicionais do Orçamento Fiscal, fixados obrigatoriamente na Lei Orçamentária Anual.

2.5 Plano de Benefícios

Os benefícios previdenciários do RPPS de Águia Branca – ES estão expressos no Título II – Das Prestações em Geral, Capítulo I – Das Espécies de Prestações, artigo 17 da Lei 523/2002, sendo que para os segurados prevê a aposentadoria por invalidez; aposentadoria voluntária por tempo de contribuição; aposentadoria voluntária por implemento de idade e aposentadoria compulsória. No tocante ao dependente, há a previsão de pensão por morte do segurado e pensão por desaparecimento ou ausência do segurado.



ÁGUIA BRANCA PREV

CNPJ 05.110.021/0001-83

Rua Jorge Elias Hitte, 276, Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000



2.6 Composição da Diretoria posicionada em 31/12/2022

DIRETOR-PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

NOME: GILVANI PEREIRA ROSA

ENDEREÇO: RUA JORGE ELIAS HITTE – 276 – CENTRO – ÁGUIA BRANCA – ES – 29.795-000.

TELEFONE: 27 3745-1357

E – MAIL: pero_gpr2012@hotmail.com

CPF: 099.828.527-79

DIRETORA-PRESIDENTE DE PREVIDÊNCIA E ATUÁRIA

NOME: INES GOMES SILVA

ENDEREÇO: RUA LINDOLFO PINHEIRO LACERDA – 176 – CENTRO – ÁGUIA BRANCA – ES – 29.795-000.

TELEFONE: 27 3745-1357

E – MAIL: inesg03@hotmail.com

CPF: 022.801.137-08

2.7 Dos Conselhos

2.7.1 Conselho Administrativo

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação e orientação superior do ÁGUIA BRANCA PREV, ao qual incumbe fixar a política e diretrizes de investimentos a serem observadas. É composto de 7 (sete) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 2 (dois) designados pelo Chefe do Poder Executivo, 1 (um) pela chefia do Poder Legislativo, 3 (três) eleitos por voto direto pelos servidores ativos e 1 (um) por voto direto pelos servidores inativos.

O Presidente do Conselho de Administração e seu respectivo suplente são escolhidos entre os membros efetivos do mesmo, sendo que, em caso de ausência ou impedimento temporário de membro efetivo do Conselho de Administração, este será substituído por seu suplente.

Em havendo vacância do cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, o respectivo suplente assumirá o cargo até a conclusão do mandato, cabendo ao órgão ou entidade ao qual estava vinculado o ex-conselheiro, ou ao representante do



ÁGUIA BRANCA PREV

CNPJ 05.110.021/0001-83

Rua Jorge Elias Hitte, 276, Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000



servidor ativo ou inativo, se for o caso, indicar o novo membro suplente para cumprir o restante do mandato.

O Conselho de Administração reunir-se-á, bimestralmente, em sessões ordinárias e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, ou a requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, sendo que o quorum mínimo para instalação do Conselho é de 5 (cinco) membros. As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por, no mínimo, 5 (cinco) votos favoráveis.

Perderá o mandato o membro de o Conselho quem deixar de comparecer a duas sessões consecutivas ou a quatro alternadas, sem motivo justificado, a critério do mesmo Conselho.

Os membros do Conselho de Administração, bem como os respectivos suplentes, não recebem qualquer espécie de remuneração ou vantagem pelo exercício da função, conforme prevê a Lei 523/2002.

Compete ao Conselho de Administração:

- I. aprovar e alterar o regimento do próprio Conselho de Administração;
- II. estabelecer a estrutura técnico-administrativa do ÁGUIA BRANCA PREV, podendo, se necessário, contratar entidades independentes legalmente habilitadas;
- III. aprovar a política e diretrizes de investimentos dos recursos do ÁGUIA BRANCA PREV;
- IV. participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão econômica e financeira dos recursos;
- V. autorizar o pagamento antecipado da gratificação natalina;
- VI. autorizar a aceitação de doações;
- VII. determinar a realização de inspeções e auditorias;
- VIII. acompanhar e apreciar, através de relatórios gerenciais por ele definidos, a execução dos planos, programas e orçamentos previdenciários;
- IX. autorizar a contratação de auditores independentes;
- X. apreciar e aprovar a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas do Estado, podendo, se for necessário, contratar auditoria externa;
- XI. estabelecer os valores mínimos em litígio, acima dos quais será exigida anuência prévia do Procurador Geral do Município;
- XII. elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
- XIII. autorizar a contratação de que trata o art. 48 da Lei 523/2002;

Compete ao ÁGUIA BRANCA PREV contratar instituição



ÁGUIA BRANCA PREV



CNPJ 05.110.021/0001-83

Rua Jorge Elias Hitte, 276, Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000

financeira oficial para a gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas, das exigibilidades relativas aos programas previdencial e de investimento, dos fundos dos referidos programas, custódia dos títulos e valores mobiliários, bem como da gestão previdenciária relativamente à concessão, manutenção e cancelamento dos benefícios de aposentadoria e pensão, atualização e administração do cadastro social e financeiro dos servidores, além de gerir a folha de pagamento dos beneficiários de que trata esta Lei, desde que previamente autorizado pelo Conselho de Administração.

XIV. autorizar a Diretoria Executiva a adquirir, alienar, hipotecar ou gravar com quaisquer ônus reais os bens imóveis do ÁGUIA BRANCA PREV, bem como prestar quaisquer outras garantias; e

XV. apreciar recursos interpostos dos atos da Diretoria Executiva.

2.7.1.1 Conselheiros do Conselho Administrativo de 2022

CONSELHO ADMINISTRATIVO

SERVIDORES DESIGNADOS PELO PODER EXECUTIVO

NOME: **Sirênio Azeredo**

ENDEREÇO: Córrego Ebenézer, S/N - Zona Rural - Águia Branca/ES - 29.795-000

FORMAÇÃO: Pós-graduado

TELEFONE: (27) 9.9966-5149

E – MAIL: não informado

CPF: 703.401.887-15

CARGO OU FUNÇÃO: Presidente

PERÍODO DE GESTÃO: 2021 a 2022

ATO DE NOMEAÇÃO: Decreto nº 9.234/2021

NOME: **Regina Cely Vicente Ferreira**

ENDEREÇO: Rua Guarani, 58 - Centro- Águia Branca/ES - 29.795-000

FORMAÇÃO: Pós-graduada

TELEFONE: (27) 9.9978-7954

E – MAIL: reginacelyvf@hotmail.com

CPF: 704.787.247-72



ÁGUA BRANCA PREV



CNPJ 05.110.021/0001-83

Rua Jorge Elias Hitte, 276, Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000

CARGO OU FUNÇÃO: Membro titular
PERÍODO DE GESTÃO: 2021 a 2022
ATO DE NOMEAÇÃO: Decreto nº 9.234/2021

SERVIDOR DESIGNADO PELO PODER LEGISLATIVO

NOME: **Jefferson dos Santos Quiuqui**
ENDEREÇO: Córrego São João, S/N- Zona Rural - Águia Branca/ES - 29.795-000
FORMAÇÃO: Superior Completo
TELEFONE: (27) 9.9926-4492
E – MAIL: jsquiuiqui@hotmail.com
CPF: 112.158.557-45
CARGO OU FUNÇÃO: Membro titular
PERÍODO DE GESTÃO: 2021 a 2022
ATO DE NOMEAÇÃO: Decreto nº 9.234/2021

SERVIDOR DESIGNADO PELOS INATIVOS

NOME: **Lúcia Helena Tavares Floriano**
ENDEREÇO: Rua Pergentina Maria Fagundes, 117 - Bairro Nossa Senhora Aparecida - Águia Branca/ES - 29.795-000
FORMAÇÃO: Pós-graduada
TELEFONE: (27) 99904-1801
E – MAIL: luciahelenatavaresfloriano@hotmail.com
CPF: 575.879.657-34
CARGO OU FUNÇÃO: Membro titular
PERÍODO DE GESTÃO: 2021 a 2022
ATO DE NOMEAÇÃO: Decreto nº 9.234/2021

SERVIDORES DESIGNADOS ELEITOS POR VOTO DIRETO DOS SERVIDORES ATIVOS

NOME: **Arciso da Rocha Sala**
ENDEREÇO: Rua Guarani, 67 - Centro - Águia Branca/ES- 29.795-000
FORMAÇÃO: Superior completo
TELEFONE: (27) 9.9966-3855
E – MAIL: arcisosala1@gmail.com
CPF: 873.295.147-72
CARGO OU FUNÇÃO: Membro titular



ÁGUIA BRANCA PREV



CNPJ 05.110.021/0001-83

Rua Jorge Elias Hitte, 276, Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000

PERÍODO DE GESTÃO: 2021 a 2022

ATO DE NOMEAÇÃO: Decreto nº 9.234/2021

NOME: **Sandra Mara da Silva Piffer**

ENDEREÇO: Córrego Ebenézer, S/N - Zona Rural - Águia Branca/ES - 29.795-000

FORMAÇÃO: Superior Completo

TELEFONE: (27) 9.9937-2205

E – MAIL: sandrapiffer05@gmail.com

CPF: 020.051.207-23

CARGO OU FUNÇÃO: Membro titular

PERÍODO DE GESTÃO: 2021 a 2022

ATO DE NOMEAÇÃO: Decreto nº 9.234/2021

NOME: **Valdeir Geraldo de Lázari**

ENDEREÇO: Rua Rodrigues Silva, 204 - Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000

FORMAÇÃO: Pós-graduado

TELEFONE: (27) 9.9958-3889

E – MAIL: não possui

CPF: 005.407.997-77

CARGO OU FUNÇÃO: Membro titular

PERÍODO DE GESTÃO: 2021 a 2022

ATO DE NOMEAÇÃO: Decreto nº 9.234/2021

SUPLENTE

NOME: **Simone Fernanda Romualdo de Almeida**

ENDEREÇO: Rua Darcy Polez, 85 - Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000

FORMAÇÃO: Pós-graduada

TELEFONE: (27) 9.9829-9894

E – MAIL: siromualdo@hotmail.com

CPF: 392.703.191-72

CARGO OU FUNÇÃO: Suplente

PERÍODO DE GESTÃO: 2021 a 2022

ATO DE NOMEAÇÃO: Decreto nº 9.234/2021



2.7.2 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca - ÁGUIA BRANCA PREV, sendo composto por 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, sendo 02 (dois) pelo Poder Executivo, 1 (um) pelo Poder Legislativo, 1 (um) pelos servidores ativos eleitos por voto direto e 1 (um) pelos servidores inativos eleitos por voto direto.

Um dos conselheiros efetivos eleito entre seus pares é que exerce a função de presidente e, no caso de ausência ou impedimento temporário, o presidente do Conselho Fiscal será substituído pelo conselheiro que for por ele designado.

Ficando vaga a presidência do Conselho Fiscal, cabe aos conselheiros em exercício eleger, entre seus pares, aquele que preencherá o cargo até a conclusão do mandato e, no caso de ausência ou impedimento temporário de membro efetivo do Conselho Fiscal, este será substituído por seu suplente.

No caso de vacância do cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, o respectivo suplente assumirá o cargo até a conclusão do mandato, cabendo ao órgão ou entidade ao qual estava vinculado o ex-conselheiro, ou ao representante do servidor ativo ou inativo, se for o caso, indicar novo membro suplente para cumprir o restante do mandato.

Perderá o mandato o membro efetivo do Conselho Fiscal que deixar de comparecer a 2 (duas) reuniões consecutivas, sem motivo justificado, a critério do mesmo conselho.

O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada bimestre civil, ou extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por, no mínimo, 2 (dois) conselheiros, sendo que o quorum mínimo para instalação de reunião do Conselho Fiscal é de 3 (três) membros. As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por, no mínimo, 3 (três) votos favoráveis.

Os membros do Conselho Fiscal não recebem qualquer espécie de remuneração ou vantagem pelo exercício da função.

Compete ao Conselho Fiscal:

- I. eleger o seu presidente;
- II. elaborar e aprovar o regimento interno do Conselho Fiscal;



ÁGUIA BRANCA PREV

CNPJ 05.110.021/0001-83

Rua Jorge Elias Hitte, 276, Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000



- III. examinar os balancetes e balanços do ÁGUIA BRANCA PREV, bem como as contas e os demais aspectos econômico-financeiros;
- IV. examinar livros e documentos;
- V. examinar quaisquer operações ou atos de gestão do ÁGUIA BRANCA PREV;
- VI. emitir parecer sobre os negócios ou atividades do ÁGUIA BRANCA PREV;
- VII. fiscalizar o cumprimento da legislação e normas em vigor;
- VIII. requerer ao Conselho de Administração, caso necessário, a contratação de assessoria técnica;
- IX. lavrar as atas de suas reuniões, inclusive os pareceres e os resultados dos exames procedidos;
- X. remeter, ao Conselho de Administração, parecer sobre as contas anuais do ÁGUIA BRANCA PREV, bem como dos balancetes;
- XI. praticar quaisquer outros atos julgados indispensáveis aos trabalhos de fiscalização;
- XII. sugerir medidas para sanar irregularidades encontradas.

2.7.2.1 Conselheiros do Conselho Fiscal de 2022

CONSELHO FISCAL

SERVIDORES DESIGNADOS PELO PODER EXECUTIVO

NOME: Ângela Aparecida Gobbi Ferreira

ENDEREÇO: Rua Vicente Pissinatti, 71 - Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000

FORMAÇÃO: Superior Completo

TELEFONE: (27) 9.9747-6156

E – MAIL: ferreiraangela2013@outlook.com

CPF: 056.045.347-73

CARGO OU FUNÇÃO: Membro titular

PERÍODO DE GESTÃO: 2021 a 2022

ATO DE NOMEAÇÃO: Decreto nº 9.234/2021

NOME: Alexandre Polez

ENDEREÇO: Rua Jorge Elias Hitte, 432- Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000

FORMAÇÃO: Técnico em Contabilidade

TELEFONE: (27) 9.9718-2293

E – MAIL: alexandrepolez@hotmail.com

CPF: (27) 9.9718-2293

CARGO OU FUNÇÃO: Membro titular

PERÍODO DE GESTÃO: 2021 a 2022



ÁGUIA BRANCA PREV



CNPJ 05.110.021/0001-83

Rua Jorge Elias Hitte, 276, Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000

ATO DE NOMEAÇÃO: Decreto nº 9.234/2021

SERVIDOR DESIGNADO PELO PODER LEGISLATIVO

NOME: **Alexsandro dos Passos Viana**

ENDEREÇO: Avenida João Quiuqui, 361- Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000

FORMAÇÃO: Superior Completo

TELEFONE: (27) 9.9603-5074

E – MAIL: alexdviana@hotmail.com

CPF: 100.919.107-14

CARGO OU FUNÇÃO: Membro titular

PERÍODO DE GESTÃO: 2021 a 2022

ATO DE NOMEAÇÃO: Decreto nº 9.234/2021

SERVIDOR DESIGNADO PELOS INATIVOS

NOME: **Adélia Maria Guaresqui Fedeszen**

ENDEREÇO: Rua Henrique Santana, S/N, Zona Rural - Águia Branca/ES - 29.795-000

FORMAÇÃO: Pós-graduada

TELEFONE: (27) 9.9800-5060

E – MAIL: professoraadelia@hotmail.com

CPF: 726.362.547-49

CARGO OU FUNÇÃO: Membro titular

PERÍODO DE GESTÃO: 2021 a 2022

ATO DE NOMEAÇÃO: Decreto nº 9.234/2021

SERVIDORES DESIGNADOS ELEITOS POR VOTO DIRETO DOS SERVIDORES ATIVOS

NOME: **Cristiane Keila Bragança da Silva**

ENDEREÇO: Córrego do Café, S/N, Zona Rural - Águia Branca/ES - 29.795-000

FORMAÇÃO: Ensino Médio Completo

TELEFONE: (27) 9.9925-3470

E – MAIL: cristiane_keila@hotmail.com

CPF: 110.906.457-83

CARGO OU FUNÇÃO: Presidente

PERÍODO DE GESTÃO: 2021 a 2022

ATO DE NOMEAÇÃO: Decreto nº 9.234/2021



ÁGUA BRANCA PREV

CNPJ 05.110.021/0001-83

Rua Jorge Elias Hitte, 276, Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000



2.8 Cronograma de Reuniões Previstas dos Conselhos Administrativo e Fiscal - 2022

DATAS PREVISTAS	ASSUNTOS PREVISTOS
25/01/2022	<ul style="list-style-type: none">-Prestação de Contas do 6º bimestre de 2021;-Aprovação e votação das contas do bimestre;-Composição da Diretoria Executiva;-Contratos em 2022;-Outros assuntos pertinentes.
11/03/2022	<ul style="list-style-type: none">-Prestação de Contas do Exercício de 2021. Apresentação dos Balanços: Orçamentário, Financeiro e Patrimonial;-Votação e aprovação das Contas;-Prestação de Contas do 1º bimestre de 2022;-Aprovação e votação das contas do bimestre;-Outros assuntos pertinentes.
02/05/2022	<ul style="list-style-type: none">-Prestação de Contas do 2º bimestre de 2022;-Aprovação e votação das contas do bimestre;-Apresentação da Contadora;-Outros assuntos pertinentes.
04/07/2022	<ul style="list-style-type: none">-Prestação de Contas do 3º bimestre de 2022;-Aprovação e votação das contas do bimestre;-Outros assuntos pertinentes.
05/09/2022	<ul style="list-style-type: none">Prestação de Contas do 4º bimestre de 2022;Aprovação e votação das contas;Recadastramento;Eleição de Conselho Administrativo e Fiscal;Outros assuntos pertinentes.
07/11/2022	<ul style="list-style-type: none">Prestação de Contas do 5º bimestre de 2022;Aprovação e votação das contas;Política de investimentos para o Exercício de 2023.Relatório do recadastramento;Outros assuntos pertinentes.



ÁGUA BRANCA PREV



CNPJ 05.110.021/0001-83

Rua Jorge Elias Hitte, 276, Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000

2.8.1 Reuniões realizadas em 2022 – Conselhos Administrativo e Fiscal

DATAS DAS REUNIÕES	PAUTA
25/01/2022	<ul style="list-style-type: none">-Prestação de Contas do 6º bimestre de 2021;-Aprovação e votação das contas do bimestre;-Composição da Diretoria Executiva;-Contratos em 2022;-Outros assuntos pertinentes.
11/03/2022	<ul style="list-style-type: none">-Prestação de Contas do Exercício de 2021. Apresentação dos Balanços: Orçamentário, Financeiro e Patrimonial;-Votação e aprovação das Contas;-Prestação de Contas do 1º bimestre de 2022;-Aprovação e votação das contas do bimestre;-Outros assuntos pertinentes.
02/05/2022	<ul style="list-style-type: none">-Prestação de Contas do 2º bimestre de 2022;-Aprovação e votação das contas do bimestre;-Apresentação da Contadora;-Construção da sede;-Final do mandato dos conselhos Administrativo e Fiscal;-Outros assuntos pertinentes.
04/07/2022	<ul style="list-style-type: none">-Prestação de Contas do 3º bimestre de 2022;-Aprovação e votação das contas do bimestre;-Reunião com Igor Garcia;-Início de processo interno para eleição dos conselhos;-Prova de vida em Outubro;-Outros assuntos pertinentes.
05/09/2022	<ul style="list-style-type: none">-Prestação de Contas do 4º bimestre de 2022;-Aprovação e votação das contas;-Recadastramento;-Eleição de Conselho Administrativo e Fiscal;-Outros assuntos pertinentes.



ÁGUA BRANCA PREV



CNPJ 05.110.021/0001-83

Rua Jorge Elias Hitte, 276, Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000

07/11/2022	<ul style="list-style-type: none">-Prestação de Contas do 5º bimestre de 2022;-Aprovação e votação das contas;-Política de investimentos para o Exercício de 2023.-Relatório do recadastramento;-Outros assuntos pertinentes.
-------------------	---



ÁGUA BRANCA PREV

CNPJ 05.110.021/0001-83

Rua Jorge Elias Hitte, 276, Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000



2.9 Considerações e providências adotadas pela Administração do ABPREV no exercício de 2022

DATA	PAUTA	CONSIDERAÇÕES	PROVIDÊNCIAS
25/01/2022	<ul style="list-style-type: none">-Prestação de Contas do 6º bimestre de 2021;-Aprovação e votação das contas do bimestre;-Composição da Diretoria Executiva;-Contratos em 2022;-Abertura da pauta aos conselheiros	<p>Apresentação da nova diretoria do Águia Branca PREV.</p> <p>O Presidente do Águia Branca Prev agradeceu aos Conselheiros por mais esse ano juntos.</p> <p>A Srª Ines Gomes Silva informou sobre os contratos realizados até a presente data.</p> <p>Distribuição dos balancetes da receita e da despesa referentes ao 6º (sexto) bimestre de 2021.</p>	<p>Os conselheiros administrativos e fiscais irão exercer o último ano de mandato no exercício de 2022 em conformidade com o Decreto nº 9.234/21.</p> <p>Gestão do Contrato de Aluguel nº 004/2021; do Contrato nº 005/2021 (consultoria de investimentos), do terceiro Termo Aditivo ao Contrato com a Empresa E & L, até 03 de Dezembro de 2022, do contrato nº 003/2021, referente ao Cálculo Atuarial/2022 e contrato nº 006295/2022.P com a DATAPREV.</p> <p>O contador falou da elevação da alíquota inerente ao custo suplementar, tratou da receita e da despesa de novembro e dezembro do exercício de 2021, dos rendimentos com aplicações financeiras e saldo bancário de ambos os meses.</p>
11/03/2022	<p>-Prestação de Contas do Exercício de 2021. Apresentação dos Balanços: Orçamentário, Financeiro e</p>	<p>A Diretora de Previdência e Atuária, Sra. Ines Gomes Silva explanou brevemente</p>	<p>A contadora informou sobre o Orçamento do Instituto de Previdência "Águia Branca Prev" para o Exercício de 2022, aprovado pela Lei nº</p>



ÁGUIA BRANCA PREV

CNPJ 05.110.021/0001-83

Rua Jorge Elias Hitte, 276, Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000



	<p>Patrimonial;</p> <ul style="list-style-type: none">-Votação e aprovação das Contas;-Prestação de Contas do 1º bimestre de 2022;-Aprovação e votação das contas do bimestre;-Abertura da pauta aos conselheiros	<p>sobre o Cálculo Atuarial, informando sobre a sua importância para previsão da solvência do Instituto de previdência, sendo realizado todos os anos. Distribuição dos balanços patrimoniais, financeiros, orçamentários e as demonstrações das variações patrimoniais de 2021 para esclarecimento das movimentações financeiras.</p> <p>Distribuição dos balancetes da receita e da despesa referentes ao 1º (primeiro) bimestre de 2022.</p>	<p>1.667/2021, de 18 (dezoito) de novembro de 2021, tratou da receita arrecadada no exercício de 2021, bem como da despesa. Falou-se do saldo financeiro, aplicado nas três Instituições Oficiais: Banco do Brasil, Banestes e Caixa Econômica Federal, conforme o balanço financeiro. Apresentou minuciosamente sobre os bens móveis do Instituto do Águia Branca Prev em 31 (trinta e um) de dezembro de 2021 bem como das depreciações realizadas. A Contadora informou que todos os empenhos realizados no Setor Contábil, foram liquidados e pagos dentro do Exercício de 2021, exceto o Cálculo Atuarial 2022 que foi empenhado, mas não liquidado e pago. Após detalhamento dos relatórios e do balanço patrimonial, a contadora explanou minuciosamente a demonstração das variações patrimoniais do Exercício de 2021. Houve uma pausa para análise, discussão e aprovação da matéria. Dando continuidade, a contadora distribuiu os balancetes da receita e da despesa referentes aos meses de Janeiro e Fevereiro do ano de 2022, e tratou da receita e da despesa, dos rendimentos com aplicações</p>
--	--	---	---



ÁGUA BRANCA PREV

CNPJ 05.110.021/0001-83

Rua Jorge Elias Hitte, 276, Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000



			financeiras e saldo bancário de ambos os meses.
02/05/2022	<ul style="list-style-type: none">-Prestação de Contas do 2º bimestre de 2022;-Aprovação e votação das contas do bimestre;-Apresentação da Contadora;-Construção da sede;-Final do mandato dos conselhos Administrativo e Fiscal;-Abertura da pauta aos conselheiros	<p>Distribuição dos balancetes da receita e da despesa referentes ao 2º (segundo) bimestre de 2022.</p> <p>Apresentação da nova contadora.</p> <p>Construção da sede do Instituto.</p> <p>Final do mandato dos conselhos Administrativo e Fiscal.</p>	<p>A contadora distribuiu os balancetes da receita e da despesa referentes aos meses de Março e Abril do ano de 2022 e tratou da receita e da despesa, dos rendimentos com aplicações financeiras e saldo bancário de ambos os meses.</p> <p>O Diretor Presidente deu as boas-vindas a nova contadora do Instituto.</p> <p>Falou da possibilidade da construção da sede do Instituto.</p> <p>Também lembrou aos Conselheiros presentes que esse será o último ano deles nos conselhos pois já foram reconduzidos e terá que acontecer eleição no final do ano.</p>
04/07/2022	<ul style="list-style-type: none">-Prestação de Contas do 3º bimestre de 2022;-Aprovação e votação das contas do bimestre;-Reunião com Igor Garcia;	<p>Distribuição dos balancetes da receita e da despesa referentes ao 3º (terceiro) bimestre de 2022.</p> <p>Reunião com o Atuário Srº</p>	<p>O contador distribuiu os balancetes da receita e da despesa referentes aos meses de Maio e Junho do ano de 2022 e tratou da receita e da despesa, dos rendimentos com aplicações financeiras e saldo bancário de ambos os</p>



ÁGUIA BRANCA PREV

CNPJ 05.110.021/0001-83

Rua Jorge Elias Hitte, 276, Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000



	<ul style="list-style-type: none">-Início de processo interno para eleição dos conselhos;-Prova de vida em Outubro;-Abertura da pauta aos conselheiros	Igor Garcia. Início de processo interno para eleição dos conselhos. Prova de vida em outubro.	meses. O Diretor Presidente falou da visita do Srº Igor Garcia na nossa cidade para explanação da situação do nosso Instituto para os Dirigentes, ativos e inativos. Falou também sobre a necessidade da prova de vida dos aposentados e pensionistas que acontecerá em outubro.
05/09/2022	<ul style="list-style-type: none">-Prestação de Contas do 4º bimestre de 2022;-Aprovação e votação das contas;-Recadastramento;-Eleição de Conselho Administrativo e Fiscal;-Abertura da pauta aos conselheiros.	Apresentação da Portaria nº 002/2021 que trata do recadastramento dos inativos e pensionistas do "ÁGUIA BRANCA PREV". Distribuição dos balancetes da receita e da despesa do 4º bimestre de 2022.	O contador distribuiu os balancetes da receita e da despesa referentes aos meses de julho e agosto do ano de 2022 e tratou da receita e da despesa, dos rendimentos com aplicações financeiras e saldo bancário de ambos os meses. Os membros dos Conselhos discutiram e analisaram a matéria apresentada. Pausa para discussão, análise e votação da Prestação de Contas do 4º bimestre de 2022.
07/11/2022	<ul style="list-style-type: none">-Prestação de Contas do 5º bimestre de 2022;-Aprovação e votação das contas;-Política de investimentos para o	Distribuição dos balancetes da receita e da despesa do 5º bimestre de 2022. Política de Investimentos	Pausa para discussão, análise e votação da Prestação de Contas do 5º bimestre. A relevância de apresentar a Política de Investimentos aos conselhos e Comitê de



ÁGUA BRANCA PREV



CNPJ 05.110.021/0001-83

Rua Jorge Elias Hitte, 276, Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000

	Exercício de 2023. -Relatório do recadastramento; -Abertura da pauta aos conselheiros.	para o exercício de 2023. Relatório do recadastramento. Relatório dos resultados finais da eleição para os novos conselhos.	Investimento, bem como de discutir e de sempre avaliar se as aplicações financeiras estão em acordo com o que consta da PAI. Agradecimento aos conselheiros pelos 4 anos de colaboração com o Instituto. Recadastramento feito com sucesso.
09/12/2022	-Política Anual de Investimento (PAI) -Abertura da pauta aos conselheiros.	Disponibilização da PAI a todos os conselheiros para apreciação.	Os membros dos Conselhos discutiram e analisaram a matéria apresentada e em seguida aprovaram a Política de investimentos para o exercício de 2023.



2.10 - Atualização da Base Cadastral dos Segurados Ativos, Inativos e Pensionistas

A área de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Águia Branca e da Câmara Municipal de Águia Branca mantêm os dados cadastrais dos servidores sempre atualizados por meio do programa de folha de pagamento.

Todos os anos o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca - ES tem acesso a esses dados atualizados para serem utilizados na elaboração do Cálculo Atuarial.

No tocante aos inativos e pensionistas, o Águia Branca Prev procura manter os dados cadastrais sempre atualizados por meio do programa de RH e folha de pagamento.

No caso em especial de duas pensionistas residentes fora do município, é solicitado das mesmas, anualmente, prova de vida e residência.

Todos os anos o Instituto disponibiliza esses dados atualizados para serem utilizados na elaboração do Cálculo Atuarial.

O Recadastramento dos Servidores Efetivos Inativos e Pensionistas do Instituto de Previdência dos Servidores Efetivos Municipais "ÁGUIA BRANCA PREV", do município de Águia Branca, ocorreu no período de 01 de outubro de 2022 a de 31 de outubro de 2022, objetivando assegurar e atualizar os dados dos inativos e pensionistas.

Considerando que o município de Águia Branca é em sua maior parte rural, utilizamos os meios disponíveis e acessíveis para comunicar os inativos e pensionistas sobre o recadastramento.

Os mesmos compareceram pessoalmente à Sede Administrativa do Instituto de Previdência "Águia Branca Prev", situado na Rua Jorge Elias Hitte, nº 276 - Centro-Águia Branca/ES, munidos dos documentos pessoais (CPF, documento de identificação, título de eleitor); certidão de casamento; CPF do cônjuge; certidão de nascimento e CPF dos dependentes; comprovante de residência e suas respectivas cópias para preenchimento de um formulário, recolhimento de assinatura e composição de uma pasta com os dados para arquivo. Apenas cinco (05) beneficiários enviaram via postal a declaração de vida e residência, registrada em



ÁGUIA BRANCA PREV

CNPJ 05.110.021/0001-83

Rua Jorge Elias Hitte, 276, Centro - Águia Branca/ES - 29.795-000



cartório, juntamente com as cópias de seus documentos, validando, dessa forma, seus respectivos recadastramentos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 523/2002.

Dispõe sobre a organização do Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos, cria o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA, do Estado do Espírito Santo: Faço saber que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

**DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA**

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º. O Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca, organizado na forma desta Lei tem por finalidade assegurar, mediante contribuição, aos seus beneficiários os meios de subsistência nos eventos de incapacidade, velhice, inatividade e falecimento.

Art. 2º. O Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, será mantido pelo Município, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive pelas suas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Município e pelos seus segurados ativos, inativos e pensionistas nos termos de lei específica.

Art. 3º. O Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca rege-se pelos seguintes princípios:

- I. universalidade de participação nos planos previdenciários;
- II. irredutibilidade do valor dos benefícios;
- III. veda a criação, majoração ou extensão de qualquer benefício sem a correspondente fonte de custeio total;
- IV. custeio da previdência social dos servidores públicos municipais mediante recursos provenientes, dentre outros, do orçamento dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações públicas e da contribuição compulsória dos segurados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- V. subordinação das aplicações de reservas, fundos e provisões garantidoras dos benefícios mínimos a critérios atuariais, tendo em vista a natureza dos benefícios;
- VI. valor mensal das aposentadorias e pensões não inferior ao salário mínimo;
- VII. previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.

CAPÍTULO II

Dos Beneficiários

Art. 4º. Os beneficiários do regime de previdência social de que trata esta Lei classificam-se como segurados e dependentes, nos termos das Seções I e II deste Capítulo.

Seção I Dos Segurados

Art. 5º. Consideram-se segurados obrigatórios, os servidores públicos titulares de cargos efetivos vinculados à Administração direta, autárquica e fundacional, os inativos e pensionistas.

§ 1º Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social.

Subseção I Da Inscrição

Art. 6º. A inscrição do servidor junto ao regime de previdência social de que trata esta Lei decorre automaticamente do seu ingresso no serviço público do Município de Águia Branca.

Parágrafo Único Os servidores municipais mencionados no art. 5º que estejam em exercício no início da vigência desta Lei e regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos terão suas inscrições procedidas automaticamente.

Subseção II Da Suspensão de Inscrição

Art. 7º. O segurado que deixar de contribuir para o regime de previdência de que trata esta Lei, por mais de 3 (três) meses consecutivos, ou 6 (seis) meses alternadamente, terá seus direitos suspensos até o restabelecimento e regularização das respectivas contribuições.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Subseção III Do Cancelamento de Inscrição

Art. 8º. Será cancelada a inscrição do segurado que, não estando em gozo de benefício proporcionado por este regime de previdência, perder a condição de servidor público do Município de Águia Branca.

Seção II Dos Dependentes

Art. 9º. Consideram-se beneficiários do regime de previdência social de que trata esta Lei, na condição de dependentes do segurado:

- I. o cônjuge, a companheira ou o companheiro;
- II. o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;
- III. os pais.

§ 1º A existência de dependentes mencionados nos incisos I e II deste artigo exclui do direito às prestações os dependentes previstos no inciso III.

§ 2º Equiparam-se a filho, nas condições do inciso II, mediante declaração do segurado, desde que não tenha qualquer vinculação previdenciária, quer como segurado, quer como beneficiário dos pais ou de outrem:

- a) o enteado;
- b) o menor que, por determinação judicial, esteja sob a sua guarda;
- c) o menor que esteja sob a sua tutela e não possua condições suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que mantenha união estável com o segurado ou com a segurada.

§ 4º União estável é aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham filhos em comum, enquanto não se separarem.

§ 5º A dependência econômica das pessoas mencionadas nos incisos I e II deste artigo é presumida, devendo ser comprovada a dos dependentes referidos no inciso III.

Subseção I Da Inscrição

Art. 10. Incumbe ao segurado a inscrição de dependente junto ao regime de previdência social de que trata esta Lei, simultaneamente a seu ingresso no serviço público municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Subseção II

Do Cancelamento da Inscrição

Art. 11. O cancelamento da inscrição de dependente ocorrerá:

- I. para o cônjuge, pela separação judicial ou divórcio sem direito a alimentos, ou em face de certidão de anulação de casamento, separação judicial com sentença transitada em julgado, ou certidão de óbito;
- II. para a companheira(o) pela revogação de sua indicação pelo(a) segurado(a) ou em face da cessação da união estável com o segurado ou segurada;
- III. para os dependentes em geral, pelo falecimento.

Subseção III

Da Perda de Qualidade de Dependente

Art. 12. A perda da qualidade de dependente ocorrerá:

- I. para o cônjuge, pela separação judicial ou pelo divórcio, desde que não lhe tenha sido assegurada a percepção de alimentos, ou pela anulação do casamento;
- II. para o(a) companheiro(a), quando revogada a sua indicação pelo segurado ou pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos;
- III. para o separado judicialmente com percepção de alimentos, pelo concubinato ou união estável;
- IV. para o filho não inválido, a emancipação ou o atingimento de 21 (vinte e um) anos;
- V. para os beneficiários economicamente dependentes, quando cessar essa situação;
- VI. para o inválido, pela cessação da invalidez;
- VII. para o dependente em geral, pelo falecimento ou pela perda da qualidade de segurado por aquele de quem depende.

CAPÍTULO III

Da Base de cálculo das contribuições

Art. 13. Considera-se base de cálculo das contribuições, para os efeitos desta Lei, o total das parcelas de remuneração mensal percebido pelo segurado, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, excluídas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- I. função de confiança;
- II. cargo em comissão;
- III. local de trabalho; e
- IV. as diárias para viagens, desde que não excedam a cinquenta por cento da base de cálculo mensal;
- V. a ajuda de custo em razão de mudança de sede;
- VI. a indenização de transporte;
- VII. o salário-família.

§ 1º O segurado que no exercício de cargo em comissão optar pela percepção do vencimento e vantagens do mesmo, terá como remuneração de contribuição o valor da remuneração inerente ao respectivo cargo efetivo.

§ 2º Na hipótese de licenças ou ausências que importem em redução da base de cálculo das contribuições do servidor, considerar-se-á o valor que lhe seria devido caso não se verificassem as licenças ou ausências, na forma do disposto neste artigo.

§ 3º A base de cálculo das contribuições no caso de inativos e de pensionistas equivale, respectivamente, aos valores dos proventos e das pensões.

CAPÍTULO IV

Da Contagem do tempo de contribuição e de serviço

Art. 14. É garantido ao segurado, para efeito de aposentadoria, a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade privada, bem como a decorrente de vinculação de servidor público titular de cargo efetivo, hipótese em que os regimes de previdência social se compensarão financeiramente.

§ 1º A compensação financeira será feita junto ao regime ao qual o servidor público esteve vinculado sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão para seus dependentes, conforme dispuser a lei.

§ 2º O tempo de contribuição previsto neste artigo é considerado para efeito de aposentadoria, desde que não concomitante com tempo de serviço público computado para o mesmo fim.

§ 3º As aposentadorias concedidas com base na contagem de tempo de contribuição prevista neste artigo deverão evidenciar o tempo de contribuição na atividade privada ou o de contribuição na condição de servidor público titular de cargo efetivo, conforme o caso, para fins de compensação financeira.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 15. O benefício resultante de contagem de tempo de serviço na forma deste Capítulo será concedido e pago pelo regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente ao servidor público ou a seus dependentes, observada a respectiva legislação.

Art. 16. Na hipótese de acúmulo legal de cargos, o tempo de contribuição referente a cada cargo será computado isoladamente, não sendo permitida a contagem do tempo anterior a que se refere o art. 14 para mais de um benefício.

TÍTULO II

Das Prestações em Geral

CAPÍTULO I

Das Espécies de Prestações

Art. 17. O regime de previdência social de que trata esta Lei, compreende as seguintes prestações:

- I. quanto ao segurado:
 - a) aposentadoria por invalidez;
 - b) aposentadoria voluntária por tempo de contribuição;
 - c) aposentadoria voluntária por implemento de idade;
 - d) aposentadoria compulsória.

- II. quanto ao dependente:
 - a) pensão por morte do segurado;
 - b) pensão por desaparecimento ou ausência do segurado.

§ 1º Os benefícios serão concedidos nos termos e condições definidas nesta Lei, observadas, no que couber, as normas previstas na Constituição Federal e Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca e legislação infraconstitucional em vigor.

§ 2º O recebimento indevido de benefícios havidos por fraude, dolo ou má-fé, implicará devolução do valor total auferido, sem prejuízo de ação penal cabível.

Seção I
Dos Benefícios

Subseção I



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Da Aposentadoria

Art. 18. O segurado de que trata esta Lei será aposentado:

- I. por invalidez permanente, sendo os proventos integrais ao tempo de contribuição quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, e proporcionais nos demais casos;
- II. compulsória, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;
- III. voluntária, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:
 - a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher, com proventos integrais;
 - b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 1º O provento de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, será calculado levando-se em conta a base de cálculo das contribuições prevista no art. 13.

§ 2º O cálculo dos valores proporcionais de proventos a que se referem os incisos I e II deste artigo, corresponderá a um trinta e cinco avos da totalidade da remuneração do segurado na data da concessão do benefício, por ano de serviço, se homem, e um trinta avos, se mulher.

§ 3º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no inciso III, "a", deste artigo, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 4º É vedada, a partir de 16 de dezembro de 1998, a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos abrangidos por esta Lei, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, a serem definidos em lei complementar.

§ 5º Na hipótese do inciso I deste artigo, o servidor será submetido à junta médica oficial, que atestará a invalidez quando caracterizada a incapacidade para o desempenho das atribuições do cargo ou verificada a impossibilidade de readaptação nos termos da lei.

Art. 19. A aposentadoria compulsória será automática e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço ativo.

Art. 20. A aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 1º A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

§ 2º Expirado o período de licença e não estando em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, o servidor será aposentado.

§ 3º O lapso compreendido entre a data de término da licença e a data de publicação do ato da aposentadoria será considerado como de prorrogação da licença.

§ 4º O ônus financeiro assim como o pagamento da licença a que se referem os §§ 2º e 3º deste artigo, serão de responsabilidade do Tesouro Municipal.

Subseção II

Da Pensão

Art. 21. Por morte do servidor, os dependentes fazem jus a uma pensão mensal, a partir da data do óbito, de valor correspondente ao do provento do servidor inativo ou ao valor do provento a que teria direito o servidor em atividade, levando-se em conta a base de cálculo das contribuições prevista no art. 13, na data de seu falecimento.

Art. 22. Observado o disposto no art. 9º, as pensões distinguem-se, quanto à natureza, em vitalícias e temporárias.

§ 1º A pensão vitalícia é composta de cota ou cotas permanentes, que somente se extinguem ou reverterem com a morte de seus beneficiários.

§ 2º A pensão temporária é composta de cota ou cotas que podem se extinguir ou reverter por motivo de morte, cessação de invalidez, emancipação ou maioridade do beneficiário.

Art. 23. Ocorrendo habilitação às pensões vitalícia e temporária, metade do valor caberá ao titular ou titulares da pensão vitalícia, sendo a outra metade rateada em partes iguais, entre os titulares da pensão temporária.

Parágrafo Único Ocorrendo habilitação somente à pensão temporária, o valor integral da pensão será rateado, em partes iguais, entre os que se habilitarem.

Art. 24. A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, prescrevendo tão-somente as prestações exigíveis há mais de 5 (cinco) anos.

Parágrafo Único Concedida a pensão, qualquer prova posterior ou habilitação tardia que implique exclusão de beneficiário ou redução de pensão só produzirá efeitos a partir da data em que for oferecida.

Art. 25. Não faz jus à pensão o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 26. Será concedida pensão provisória por ausência ou morte presumida do servidor, nos seguintes casos:

- I. declaração de ausência, pela autoridade judiciária competente;
- II. desaparecimento em desabamento, inundação, incêndio ou acidente não caracterizado como em serviço;
- III. desaparecimento no desempenho das atribuições do cargo ou em missão de segurança.

§ 1º Sujeitam-se a comprovação por meios legais os casos previstos nos incisos II e III deste artigo.

§ 2º A pensão provisória será transformada em vitalícia ou temporária, conforme o caso, decorridos 5 (cinco) anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento do servidor, hipótese em que o benefício será automaticamente cancelado.

Art. 27. A pensão pela ausência será devida a partir:

- I. da declaração judicial ou sentença transitada em julgado que reconhecer o estado de ausência;
- II. do acidente ou catástrofe, mediante prova inequívoca do fato jurídico;
- III. do 6º mês da declaração da morte presumida pela autoridade judicial competente.

Art. 28. Ressalvado o direito de opção, é vedada a percepção cumulativa de mais de duas pensões.

Seção II

Das Disposições Gerais

Art. 29. O provento de aposentadoria e as pensões não poderão exceder a qualquer título, o valor da remuneração tomado como base para a concessão do benefício ao respectivo servidor, sendo vedado o acréscimo de vantagens de caráter transitório.

Art. 30. Além do disposto no Capítulo I deste Título, o Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Art. 31. O tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até a data de entrada em vigor desta Lei, será contado como tempo de contribuição, sendo vedada qualquer forma de contagem de tempo fictício de contribuição.

Art. 32. É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos segurados, bem como aos seus dependentes, nas condições previstas pela legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas ou nas



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

condições previstas na legislação vigente até 15 de dezembro de 1998, àqueles que até aquela data, tenham cumprido os requisitos para obtê-las.

Art. 33. A partir de 16 de dezembro de 1998, a soma total dos proventos de inatividade, ainda que quando decorrentes de acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS –, e o montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma da Constituição Federal, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo, não poderão exceder o valor máximo previsto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Art. 34. É vedada a partir de 16 de dezembro de 1998:

- I. a percepção simultânea de provento de aposentadoria decorrente desta Lei, com remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração;
- II. a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime próprio de que trata esta Lei, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal;
- III. a contagem de tempo de serviço ou de contribuição em dobro, ou qualquer outra forma de contagem de tempo fictício de serviço ou contribuição.

Parágrafo Único A vedação prevista no inciso I do caput deste artigo, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, segurados, que, até 15 de dezembro de 1998, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência de que trata esta Lei, aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o art. 33.

CAPÍTULO II

Das Disposições Transitórias

Art. 35. Ressalvado o direito de opção pela aposentadoria prevista no art. 18, o servidor público que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na administração pública, direta autárquica ou fundacional, até 15 de dezembro de 1998, terá assegurado o direito à aposentadoria voluntária com proventos integrais calculados tomando-se em conta a base de cálculo das contribuições prevista no art. 13, quando, cumulativamente:

- I. contar cinquenta e três anos ou mais de idade, se homem, e quarenta e oito anos ou mais de idade, se mulher;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- II. tiver cinco anos ou mais de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;
- III. contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:
 - a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e
 - b) um período adicional de contribuição equivalente a, no mínimo, vinte por cento do tempo que, no dia 16 de dezembro de 1998, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º O segurado de que trata este artigo terá direito a aposentadoria voluntária com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, quando, cumulativamente:

- I. contar cinquenta e três anos ou mais de idade, se homem, e quarenta e oito anos ou mais de idade, se mulher;
- II. tiver cinco anos ou mais de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;
- III. contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:
 - a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e
 - b) um período adicional de contribuição equivalente a, no mínimo, quarenta por cento do tempo que, no dia 16 de dezembro de 1998, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 2º O provento da aposentadoria proporcional será equivalente a setenta por cento do valor máximo que o segurado poderia obter com base na remuneração prevista no art. 13, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso III do parágrafo anterior, até o limite de cem por cento.

§ 3º O servidor que, até 15 de dezembro de 1998, tenha cumprido os requisitos para obter a aposentadoria proporcional somente fará jus ao acréscimo de cinco por cento a que se refere o § 2º se cumprir os requisitos previstos nos incisos I e II do § 1º deste artigo.

§ 4º O professor, servidor do Município, incluídas suas autarquias e fundações, que, até 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput deste artigo, terá o tempo de serviço exercido até aquela data contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério.

CAPÍTULO III

Das Disposições Relativas às Prestações

Seção I

Do pagamento dos benefícios

Art. 36. Os benefícios serão pagos em prestações mensais e consecutivas até o dia 30 (trinta) do mês de competência ou dia 10 (dez) do mês seguinte ao de competência, pelo prazo da respectiva duração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 37. Os benefícios devidos serão pagos diretamente aos aposentados, pensionistas e aos dependentes, ressalvado os casos de menores de idade, ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando serão pagos a tutor ou a procurador, conforme o caso, sendo que para este último o mandato não terá prazo superior a seis meses, podendo ser renovado por igual período.

Parágrafo Único O benefício devido ao dependente civilmente incapaz será pago ao seu representante legal, admitindo-se, na falta deste, e por período não superior a seis meses, o pagamento a herdeiro legítimo, civilmente capaz, mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento.

Art. 38. O valor não recebido em vida pelo beneficiário só será pago a seus dependentes habilitados na forma do art. 9º ou na falta deles, a seus sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

Art. 39. Salvo quanto ao desconto autorizado por esta Lei, ou derivado da obrigação de prestar alimentos reconhecida em sentença judicial, o benefício não pode ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito a sua venda ou cessão, ou a constituição de qualquer ônus sobre ele, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para o seu recebimento.

Art. 40. Sem prejuízo do direito aos benefícios, prescreve em 5 (cinco) anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, ressalvados os direitos dos incapazes ou dos ausentes na forma da lei civil.

Seção II

Do Reajustamento do Valor dos Benefícios

Art. 41. O provento de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Seção III

Da Gratificação Natalina

Art. 42. A gratificação natalina será devida aos servidores aposentados e pensionistas em valor equivalente ao respectivo benefício referente ao mês de dezembro de cada ano.

§1º Na hipótese da ocorrência de fato extintivo do benefício, o cálculo da gratificação natalina obedecerá a proporcionalidade da manutenção do benefício no correspondente exercício, equivalendo cada mês decorrido, ou fração de dias superior a quinze, a 1/12 (um doze avos).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§2º A gratificação de que trata o caput deste artigo poderá ser paga antecipadamente dentro do exercício financeiro à ela correspondente, desde que autorizada pelo Conselho de Administração.

TÍTULO III
DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE ÁGUIA BRANCA
CAPÍTULO I

Da Criação, Natureza Jurídica, Sede e Foro

Art. 43. Fica criado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ÁGUIA BRANCA – ÁGUIA BRANCA PREV –, autarquia com personalidade jurídica de direito público, integrante da administração indireta do Município, com autonomia administrativa e financeira, nos termos desta Lei.

Art. 44. O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca - ÁGUIA BRANCA PREV, tem sede e foro na cidade de Águia Branca - ES.

Art. 45. O ÁGUIA BRANCA PREV é o órgão responsável pela administração do Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca, com base nas normas gerais de contabilidade e atuária de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, bem como gerir os seus recursos financeiros.

Art. 46. O prazo de sua duração é indeterminado.

Art. 47. O exercício social coincidirá com o ano civil e, ao seu término, será levantado balanço do Instituto.

Art. 48. Compete ao ÁGUIA BRANCA PREV contratar instituição financeira oficial para a gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas, das exigibilidades relativas aos programas previdencial e de investimento, dos fundos dos referidos programas, custódia dos títulos e valores mobiliários, bem como da gestão previdenciária relativamente à concessão, manutenção e cancelamento dos benefícios de aposentadoria e pensão, atualização e administração do cadastro social e financeiro dos servidores, além de gerir a folha de pagamento dos beneficiários de que trata esta Lei, desde que previamente autorizado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único É dispensável a licitação nos casos de que trata o *caput* deste artigo, por se tratar de execução de obrigações realizadas com recursos do próprio Regime de Previdência cuja natureza da operação é inerente ao respectivo regime financeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CAPÍTULO II

Dos Órgãos

Art. 49. A estrutura técnico-administrativa do ÁGUA BRANCA PREV compõe-se dos seguintes órgãos:

- I. Conselho de Administração;
- II. Diretoria Executiva; e
- III. Conselho Fiscal.

§ 1º Não poderão integrar o Conselho de Administração, Diretoria Executiva ou o Conselho Fiscal do ÁGUA BRANCA PREV, ao mesmo tempo representantes que guardem entre si relação conjugal ou de parentesco, consanguíneo ou afim até o segundo grau.

§ 2º Os representantes que integrarão os órgãos de que trata os incisos I e III de que trata o caput deste artigo, serão escolhidos dentre pessoas de reconhecida capacidade e experiência comprovada, preferencialmente com formação superior ou em curso em uma das seguintes áreas: Seguridade, Administração, Economia, Finanças, Contabilidade, Engenharia e Direito, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 3º Os representantes da Diretoria Executiva de que trata o inciso II do caput deste artigo serão escolhidos dentre pessoas de reconhecida capacidade e experiência comprovada, preferencialmente com formação superior ou em curso, ou em uma das seguintes áreas: Seguridade, Administração, Economia, Finanças, Contabilidade, Engenharia e Direito, para um mandato coincidente ao do Chefe do Poder Executivo.

Seção I

Do Conselho de Administração

Art. 50. O Conselho de Administração, órgão de deliberação e orientação superior do ÁGUA BRANCA PREV, ao qual incumbe fixar a política e diretrizes de investimentos a serem observadas.

Art. 51. O Conselho de Administração será composto de 7 (sete) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 2 (dois) designados pelo Chefe do Poder Executivo, 1 (um) pela chefia do Poder Legislativo, 3 (três) eleitos por voto direto pelos servidores ativos e 1 (um) por voto direto pelos servidores inativos.

§ 1º O Presidente do Conselho de Administração e seu respectivo suplente, serão escolhidos entre os membros efetivos do mesmo.

§ 2º No caso de ausência ou impedimento temporário de membro efetivo do Conselho de Administração, este será substituído por seu suplente.

§ 3º No caso de vacância do cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, o respectivo suplente assumirá o cargo até a conclusão do mandato, cabendo ao órgão ou entidade ao qual estava vinculado o ex-conselheiro, ou ao representante do servidor ativo ou inativo. Se for o caso, indicar o novo membro suplente para cumprir o restante do mandato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 4º O Conselho de Administração reunir-se-á, bimestralmente, em sessões ordinárias e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, ou a requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros ou pelo Conselho Fiscal.

§ 5º O quorum mínimo para instalação do Conselho é de 5 (cinco) membros.

§ 6º As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por, no mínimo, 5 (cinco) votos favoráveis.

§ 7º Perderá o mandato o membro do Conselho que deixar de comparecer a duas sessões consecutivas ou a quatro alternadas, sem motivo justificado, a critério do mesmo Conselho.

§ 8º Os membros do Conselho de Administração bem como os respectivos suplentes não receberão qualquer espécie de remuneração ou vantagem pelo exercício da função.

Subseção I

Da Competência do Conselho de Administração

Art. 52. Compete, privativamente, ao Conselho de Administração:

- I. aprovar e alterar o regimento do próprio Conselho de Administração;
- II. estabelecer a estrutura técnico-administrativa do ÁGUA BRANCA PREV, podendo, se necessário, contratar entidades independentes legalmente habilitadas;
- III. aprovar a política e diretrizes de investimentos dos recursos do ÁGUA BRANCA PREV;
- IV. participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão econômica e financeira dos recursos;
- V. autorizar o pagamento antecipado da gratificação natalina;
- VI. autorizar a aceitação de doações;
- VII. determinar a realização de inspeções e auditorias;
- VIII. acompanhar e apreciar, através de relatórios gerenciais por ele definidos, a execução dos planos, programas e orçamentos previdenciários;
- IX. autorizar a contratação de auditores independentes;
- X. apreciar e aprovar a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas do Estado, podendo, se for necessário, contratar auditoria externa;
- XI. estabelecer os valores mínimos em litígio, acima dos quais será exigida anuência prévia do Procurador Geral do Município;
- XII. elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
- XIII. autorizar a contratação de que trata o art. 48;
- XIV. autorizar a Diretoria Executiva a adquirir, alienar, hipotecar ou gravar com quaisquer ônus reais os bens imóveis do ÁGUA BRANCA PREV, bem como prestar quaisquer outras garantias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

XVI. apreciar recursos interpostos dos atos da Diretoria Executiva;

Subseção II

Das Atribuições do Presidente do Conselho de Administração

Art. 53. São atribuições do Presidente do Conselho de Administração:

- I. dirigir e coordenar as atividades do Conselho;
- II. convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho;
- III. designar o seu substituto eventual;
- IV. encaminhar os balancetes mensais, o balanço e as contas anuais do ÁGUA BRANCA PREV, para deliberação do Conselho de Administração, acompanhados dos pareceres do Conselho Fiscal, do Atuário e da Auditoria Independente, quando for o caso;
- V. avocar o exame e a solução de quaisquer assuntos pertinentes ao ÁGUA BRANCA PREV;
- VI. praticar os demais atos atribuídos por esta Lei como de sua competência.

Seção II

Da Diretoria Executiva

Art. 54. A Diretoria Executiva, é o órgão superior de administração e normatização do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca - ÁGUA BRANCA PREV.

Art. 55. A Diretoria Executiva será composta de um Diretor-Presidente, de um Diretor de Previdência e Atuária e de um Diretor Administrativo-Financeiro, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, dentre os servidores efetivos, devendo ser pessoas qualificadas para a função e com comprovante habilitação profissional, sendo escolhidos entre os servidores inscritos no regime de que trata esta Lei desde que conte, no mínimo, 06 (seis) anos de efetivo exercício em cargo público e detenham conhecimento compatível com o cargo a ser exercido, observando-se ainda o disposto no § 3º do art. 49.

§ 1º O Diretor-Presidente será substituído, nas ausências ou impedimentos temporários, pelo Diretor de Previdência e Atuária, sem prejuízo das atribuições deste cargo.

§ 2º O Diretor de Previdência e Atuária e o Diretor Administrativo-Financeiro serão substituídos, nas ausências ou impedimentos temporários, por servidor designado pelo Diretor-Presidente, sem prejuízo das atribuições do respectivo cargo.

§ 3º Em caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria, caberá ao Chefe do Poder Executivo nomear o substituto, para cumprimento do restante do mandato do substituído.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 4º O Diretor-Presidente e o Diretor de Previdência e Atuária perceberão gratificação salarial em valor equivalente a 02 (dois) salários mínimos mensais, que será adicionada a seus vencimentos durante o exercício das funções junto ao Instituto de previdência, arcando este com o ônus do pagamento.

Art. 56. A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, ou, extraordinariamente, quando convocada pelo Diretor-Presidente.

Subseção III

Das Competências

Art. 57. Compete à Diretoria Executiva:

- I. cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e a legislação da Previdência Municipal;
- II. submeter ao Conselho de Administração a política e diretrizes de investimentos das reservas garantidoras de benefícios do ÁGUIA BRANCA PREV;
- III. decidir sobre os investimentos das reservas garantidoras de benefícios do ÁGUIA BRANCA PREV, observada a política e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- IV. submeter as contas anuais do ÁGUIA BRANCA PREV para deliberação do Conselho de Administração, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, do Atuário e da Auditoria Independente, quando for o caso;
- V. submeter ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e a Auditoria Independente, balanços, balancetes mensais, relatórios semestrais da posição em títulos e valores e das reservas técnicas, bem como quaisquer outras informações e demais elementos de que necessitarem no exercício das respectivas funções;
- VI. julgar recursos interpostos dos atos dos prepostos ou dos segurados inscritos no regime de previdência de que trata esta Lei;
- VII. expedir as normas gerais reguladoras das atividades administrativas do ÁGUIA BRANCA PREV;
- VIII. decidir sobre a celebração de acordos, convênios e contratos em todas as suas modalidades, inclusive a prestação de serviços por terceiros, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Art. 58. Ao Diretor-Presidente compete:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- I. cumprir e fazer cumprir a legislação que compõe o regime de previdência de que trata esta Lei;
- II. convocar as reuniões da Diretoria, presidir e orientar os respectivos trabalhos, mandando lavrar as respectivas atas;
- III. designar, nos casos de ausências ou impedimentos temporários dos Diretores de Previdência e Atuária e do Administrativo-Financeiro, os servidores que os substituirão;
- IV. representar o ÁGUA BRANCA PREV em suas relações com terceiros;
- V. elaborar o orçamento anual e plurianual do ÁGUA BRANCA PREV;
- VI. constituir comissões;
- VII. celebrar e rescindir acordos, convênios e contratos em todas as suas modalidades, inclusive a prestação de serviços por terceiros, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- VIII. autorizar, conjuntamente com os Diretores, as aplicações e investimentos efetuados com os recursos do Instituto e com os do patrimônio geral do ÁGUA BRANCA PREV, observado o disposto no art. 50;
- IX. avocar o exame e a solução de quaisquer assuntos pertinentes ao ÁGUA BRANCA PREV.

Art. 59. Ao Diretor de Previdência e Atuária compete:

- I. conceder os benefícios previdenciários de que trata esta Lei;
- II. promover os reajustes dos benefícios na forma do disposto nesta Lei;
- III. administrar e controlar as ações administrativas do ÁGUA BRANCA PREV;
- IV. praticar os atos referentes à inscrição no cadastro de segurados ativos, inativos, dependentes e pensionistas, bem como à sua exclusão do mesmo cadastro;
- V. acompanhar e controlar a execução do plano de benefícios deste regime de previdência e do respectivo plano de custeio atuarial, assim como as respectivas reavaliações;
- VI. gerir e elaborar a folha de pagamento dos benefícios;
- VII. aprovar os cálculos atuários;
- VIII. substituir o Diretor-Presidente nas ausências ou impedimentos temporários.

Art. 60. Ao Diretor Administrativo-Financeiro compete:

- I. controlar as ações referentes aos serviços gerais, administrativos e de patrimônio;
- II. praticar os atos de gestão orçamentária e de planejamento financeiro;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- III. controlar e disciplinar os recebimentos e pagamentos;
- IV. acompanhar o fluxo de caixa do ÁGUA BRANCA PREV, zelando pela sua solvabilidade;
- V. coordenar e supervisionar os assuntos relacionados com a área contábil;
- VI. avaliar a performance dos gestores das aplicações financeiras e investimentos;
- VII. elaborar política e diretrizes de aplicação e investimentos dos recursos financeiros, a ser submetido ao Conselho de Administração pela Diretoria Executiva;
- VIII. administrar os bens pertencentes ao ÁGUA BRANCA PREV;
- IX. administrar os recursos humanos e os serviços gerais, inclusive quando prestados por terceiros.

Seção IV Do Conselho Fiscal

Art. 61. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca - ÁGUA BRANCA PREV.

Art. 62. O Conselho Fiscal será composto por 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, sendo 02 (dois) pelo Poder Executivo, 1 (um) pelo Poder Legislativo, 1 (um) pelos servidores ativos eleitos por voto direto e 1 (um) pelos servidores inativos eleitos por voto direto.

§ 1º Exercerá a função de presidente do Conselho Fiscal um dos conselheiros efetivos eleito entre seus pares.

§ 2º No caso de ausência ou impedimento temporário, o presidente do Conselho Fiscal será substituído pelo conselheiro que for por ele designado.

§ 3º Ficando vaga a presidência do Conselho Fiscal, caberá aos conselheiros em exercício eleger, entre seus pares, aquele que preencherá o cargo até a conclusão do mandato.

§ 4º No caso de ausência ou impedimento temporário de membro efetivo do Conselho Fiscal, este será substituído por seu suplente.

§ 5º No caso de vacância do cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, o respectivo suplente assumirá o cargo até a conclusão do mandato, cabendo ao órgão ou entidade ao qual estava vinculado o ex-conselheiro, ou ao representante do servidor ativo ou inativo, se for o caso, indicar novo membro suplente para cumprir o restante do mandato.

§ 6º Perderá o mandato o membro efetivo do Conselho Fiscal que deixar de comparecer a 2 (duas) reuniões consecutivas, sem motivo justificado, a critério do mesmo conselho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 7º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada bimestre civil, ou extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por, no mínimo, 2 (dois) conselheiros.

§ 8º O quorum mínimo para instalação de reunião do Conselho Fiscal é de 3 (três) membros.

§ 9º As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por, no mínimo, 3 (três) votos favoráveis.

§ 10 Os membros do Conselho Fiscal não receberão qualquer espécie de remuneração ou vantagem pelo exercício da função.

§ 11 Os procedimentos relativos à organização das reuniões e ao funcionamento do Conselho Fiscal encontram-se dispostos no respectivo regimento interno.

Seção V

Da Competência do Conselho Fiscal

Art. 63. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. eleger o seu presidente;
- II. elaborar e aprovar o regimento interno do Conselho Fiscal;
- III. examinar os balancetes e balanços do ÁGUIA BRANCA PREV, bem como as contas e os demais aspectos econômico-financeiros;
- IV. examinar livros e documentos;
- V. examinar quaisquer operações ou atos de gestão do ÁGUIA BRANCA PREV;
- VI. emitir parecer sobre os negócios ou atividades do ÁGUIA BRANCA PREV;
- VII. fiscalizar o cumprimento da legislação e normas em vigor;
- VIII. requerer ao Conselho de Administração, caso necessário, a contratação de assessoria técnica;
- IX. lavrar as atas de suas reuniões, inclusive os pareceres e os resultados dos exames procedidos;
- X. remeter, ao Conselho de Administração, parecer sobre as contas anuais do ÁGUIA BRANCA PREV, bem como dos balancetes;
- XI. praticar quaisquer outros atos julgados indispensáveis aos trabalhos de fiscalização;
- XII. sugerir medidas para sanar irregularidades encontradas.

Parágrafo Único Compete ao Presidente do Conselho Fiscal convocar e presidir as reuniões do Conselho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 7º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada bimestre civil, ou extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por, no mínimo, 2 (dois) conselheiros.

§ 8º O quorum mínimo para instalação de reunião do Conselho Fiscal é de 3 (três) membros.

§ 9º As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por, no mínimo, 3 (três) votos favoráveis.

§ 10 Os membros do Conselho Fiscal não receberão qualquer espécie de remuneração ou vantagem pelo exercício da função.

§ 11 Os procedimentos relativos à organização das reuniões e ao funcionamento do Conselho Fiscal encontram-se dispostos no respectivo regimento interno.

Seção V

Da Competência do Conselho Fiscal

Art. 63. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. eleger o seu presidente;
- II. elaborar e aprovar o regimento interno do Conselho Fiscal;
- III. examinar os balancetes e balanços do ÁGUA BRANCA PREV, bem como as contas e os demais aspectos econômico-financeiros;
- IV. examinar livros e documentos;
- V. examinar quaisquer operações ou atos de gestão do ÁGUA BRANCA PREV;
- VI. emitir parecer sobre os negócios ou atividades do ÁGUA BRANCA PREV;
- VII. fiscalizar o cumprimento da legislação e normas em vigor;
- VIII. requerer ao Conselho de Administração, caso necessário, a contratação de assessoria técnica;
- IX. lavrar as atas de suas reuniões, inclusive os pareceres e os resultados dos exames procedidos;
- X. remeter, ao Conselho de Administração, parecer sobre as contas anuais do ÁGUA BRANCA PREV, bem como dos balancetes;
- XI. praticar quaisquer outros atos julgados indispensáveis aos trabalhos de fiscalização;
- XII. sugerir medidas para sanar irregularidades encontradas.

Parágrafo Único Compete ao Presidente do Conselho Fiscal convocar e presidir as reuniões do Conselho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CAPÍTULO III

Do Patrimônio e das Receitas

Art. 64. O patrimônio do ÁGUIA BRANCA PREV é autônomo, livre e desvinculado de qualquer fundo do Município e será constituído de recursos arrecadados na forma do art. 67 e direcionado exclusivamente para pagamento de benefícios previdenciários aos beneficiários mencionados no art. 4º.

Parágrafo Único O patrimônio do ÁGUIA BRANCA PREV será formado de:

- I. bens móveis e imóveis, valores e rendas;
- II. os bens e direitos que, a qualquer título, lhe sejam adjudicados e transferidos;
- III. que vierem a ser constituídos na forma legal.

Art. 65. A inobservância do disposto neste Capítulo constituirá falta grave, sujeitando os responsáveis às sanções administrativas e judiciais cabíveis previstas em lei federal.

Art. 66. Fica o Poder Executivo autorizado a doar ou destinar, pelas modalidades previstas em lei, bens móveis ou imóveis ao ÁGUIA BRANCA PREV.

Seção Única

Origens dos recursos

Art. 67. Os recursos do ÁGUIA BRANCA PREV originam-se das seguintes fontes de custeio:

- I. contribuições sociais do Município de Águia Branca, bem como por seus Poderes, suas autarquias e por suas fundações públicas empregadoras;
- II. contribuições sociais dos segurados;
- III. rendimentos das aplicações financeiras e de demais investimentos realizados com as receitas previstas neste artigo;
- IV. aluguéis e outros rendimentos não financeiros do seu patrimônio;
- V. bens, direitos e ativos transferidos pelo Município ou por terceiros;
- VI. outros bens não financeiros cuja propriedade lhe for transferida pelo Município ou por terceiros;
- VII. recursos provenientes de convênios, contratos, acordos ou ajustes de prestação de serviços ao Município ou a outrem;
- VIII. verbas oriundas da compensação financeira para os benefícios de aposentadoria e pensão entre os regimes previdenciários na forma da legislação específica;
- IX. dotações orçamentárias;
- X. transferências de recursos e subvenções consignadas no orçamento do Município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- XI. doações, legados, auxílios, subvenções e outras rendas extraordinárias ou eventuais;
- XII. outras rendas, extraordinárias ou eventuais.

Parágrafo Único As contribuições e quaisquer outras importâncias devidas ao ÁGUIA BRANCA PREV por seus segurados serão arrecadadas, mediante desconto em folha, pelos órgãos responsáveis pelo pagamento de pessoal, e por estes recolhidas ao Instituto.

Art. 68. Sem prejuízo de sua contribuição estabelecida nesta Lei e das transferências vinculadas ao pagamento das aposentadorias, das reservas ou das reformas e das pensões, o Município poderá propor, quando necessário, a abertura de créditos adicionais visando assegurar ao ÁGUIA BRANCA PREV alocação de recursos orçamentários destinados à cobertura de eventuais insuficiências financeiras reveladas pelo plano de custeio.

Art. 69. Sem prejuízo de deliberação do Conselho de Administração, e em conformidade com a Lei nº 4.320/64 e alterações subsequentes, o ÁGUIA BRANCA PREV poderá aceitar bens imóveis e outros ativos para compor seu patrimônio, desde que precedido de avaliação a cargo de empresa especializada e legalmente habilitada.

Parágrafo Único Verificada a viabilidade econômico-financeira aferida no laudo de avaliação, o Conselho de Administração terá prazo de 60 (sessenta) dias para deliberar sobre a aceitação dos bens oferecidos.

Art. 70. A alienação de bens imóveis, com ou sem benfeitoria, integralizados ao patrimônio do ÁGUIA BRANCA PREV, deverá ser precedida de autorização do Conselho de Administração.

Parágrafo Único A alienação não poderá ser, a cada ano, superior a 15% (quinze por cento) do valor integralizado em bens imóveis.

CAPÍTULO IV

Das aplicações financeiras

Art. 71. As aplicações das reservas técnicas garantidoras dos benefícios previdenciários de que trata esta Lei serão efetuadas em conformidade com a política e diretrizes de aplicação dos recursos financeiros do ÁGUIA BRANCA PREV aprovada pelo Conselho de Administração, de modo a garantir a otimização da combinação de risco, rentabilidade e liquidez.

Parágrafo Único A política e diretrizes de investimentos dos recursos financeiros do ÁGUIA BRANCA PREV serão elaboradas em observância às regras de prudência estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

Art. 72. Ao Instituto é vedado:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- I. a utilização de bens, direitos e ativos para empréstimos de qualquer natureza, inclusive ao Município, a entidades da administração direta e aos respectivos segurados;
- II. atuar como instituição financeira, bem como prestar fiança aval, ou obrigar-se por qualquer outra modalidade.

CAPÍTULO V

Plano de custeio

Art. 73. O Regime de Previdência estabelecido por esta Lei será custeado mediante recursos de contribuições do Município de Águia Branca, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações e dos segurados ativos, inativos e pensionistas bem assim por outros recursos que lhe forem atribuídos, na forma das Seções I e II, deste Capítulo.

Parágrafo Único O plano de custeio descrito no caput deste artigo deverá ser revisto, a cada exercício, objetivando atender às limitações impostas pela legislação vigente.

Seção I

Contribuição do Segurado

Art. 74. Constituirá fato gerador das contribuições para o regime de previdência do Município, a percepção efetiva ou a aquisição por estes da disponibilidade econômica ou jurídica de remuneração, a qualquer título, inclusive de subsídios, oriundos dos cofres públicos municipais ou das autarquias e das fundações públicas, tomando-se como base de cálculo as parcelas previstas no art. 13.

§ 1º A contribuição mensal dos segurados para o regime de previdência de que trata esta Lei, obedecerá, para efeito de incidência, alíquota estabelecida por intermédio de cálculo atuarial, conforme definido em lei específica.

§ 2º Para o cálculo das contribuições incidentes sobre a gratificação natalina, será observada a mesma alíquota.

§ 3º Fica dispensado da contribuição para o regime de previdência de que trata esta Lei, o segurado que completando as exigências para aposentadoria integral e opte por permanecer em atividade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Seção II

Da Contribuição do Município

Art. 75. A contribuição do Município de Águia Branca, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações, para o ÁGUA BRANCA PREV, não poderá exceder, a qualquer título, o dobro da contribuição do segurado.

Parágrafo Único A alíquota de contribuição de que trata o *caput* deste artigo será estabelecida por meio de cálculo atuarial e constará de lei específica.

Art. 76. O Município é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras apuradas atuarialmente no regime de previdência, na forma da Lei Orçamentária Anual.

Art. 77. O aporte adicional previsto atuarialmente, assim como as transferências referentes a amortização de eventuais déficits verificados no regime de previdência do Município, não serão computados para efeito da limitação de que trata o art. 75.

Parágrafo Único O déficit atuarial apurado na data de criação do ÁGUA BRANCA PREV poderá ser amortizado em até 35 (trinta e cinco) anos, cujo saldo remanescente será atualizado pela variação do IGP-DI ou índice de atualização dos tributos municipais, verificada entre a data da apuração e do efetivo recolhimento, acrescidos da taxa de juros reais de 6% (seis por cento) ao ano.

Art. 78. A contribuição social do Município, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações públicas, para o ÁGUA BRANCA PREV serão constituídas de recursos adicionais do Orçamento Fiscal, fixados obrigatoriamente na Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO VI

Da Arrecadação e Recolhimento das Contribuições

Art. 79. A arrecadação e o recolhimento mensal das contribuições ou de outras importâncias devidas ao regime de previdência do Município pelos segurados, pelo ente público ou pelo órgão que promover a sua retenção, deverão ser efetuados ao ÁGUA BRANCA PREV até o décimo dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do respectivo fato gerador.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 80. O encarregado de ordenar ou de supervisionar a retenção e o recolhimento das contribuições dos segurados devidas ao regime de previdência do Município criado por esta Lei que deixar de as reter ou de as recolher, no prazo legal, será objetiva e pessoalmente responsável, na forma prevista no artigo 135, incisos II e III, do Código Tributário Nacional, pelo pagamento dessas contribuições e das penalidades cabíveis, sem prejuízo da sua responsabilidade administrativa, civil e penal, pelo ilícito que eventualmente tiver praticado e da responsabilidade do Poder, órgão autônomo, autarquias ou fundações públicas municipais a que for vinculado por essas mesmas contribuições e penalidades.

Art. 81. Mediante acordo celebrado com o Município contendo cláusula em que seja autorizado, quando houver inadimplência deste por prazo superior a 30 (trinta) dias, será efetuada a retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e repassado ao Instituto o valor correspondente às contribuições sociais e seus devidos acréscimos legais.

Art. 82. As contribuições pagas em atraso ficam sujeitas à atualização pelo índice de correção dos tributos municipais, além da cobrança de juros de mora de 1% (um por cento) por mês de atraso ou fração e multa de 2% (dois por cento), todos de caráter irrelevável, sem prejuízo da responsabilização e das demais penalidades previstas nesta Lei e legislação aplicável.

CAPÍTULO VII

Sobrecarga Administrativa

Art. 83. A sobrecarga para custeio administrativo do regime próprio de previdência, a ser definida em lei específica, não poderá exceder a 2% (dois por cento) do valor total da remuneração dos servidores do Município.

TÍTULO IV

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 84. Na hipótese de extinção do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca, o Tesouro Municipal assumirá integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriormente à extinção desse regime.

Parágrafo Único Na hipótese de extinção, a Assembléia Geral será convocada para o fim específico que definirá a destinação do Patrimônio da autarquia.

Art. 85. Ao segurado que tiver sua inscrição cancelada conforme disposto no art. 8º, será fornecido, pelo Instituto, Certidão de Tempo de Contribuição na forma da legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 86. O Município é responsável pelo pagamento dos benefícios concedidos até a data de entrada em vigor desta Lei e daqueles cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados até esta data, além das pensões decorrentes desses benefícios.

Parágrafo Único Os encargos totais dos benefícios de que trata o caput deste artigo são de responsabilidade do Tesouro Municipal até sua extinção.

Art. 87. Lei específica disporá sobre o regime de previdência complementar para os servidores públicos municipais, observado o contido nos §§ 14, 15 e 16 do art. 40 e no art. 202 da Constituição Federal e legislação infraconstitucional correlata.

Art. 88. A elaboração do Regimento Interno e a eleição do primeiro Conselho de Administração e Conselho Fiscal serão realizadas por uma comissão provisória designada pelo chefe do Poder executivo no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 89. Revoga-se os artigos 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192 e 193 do Capítulo II "DA APOSENTADORIA" da Lei nº 111/91, de 27 de dezembro de 1991.

Art. 90. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 17 de maio de 2002.


JAILSON JOSÉ QUIQUUI
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Águia Branca

Estado do Espírito Santo

CNPJ : 31.796.584/0001-87

LEI Nº 1.120/2013.

ESTRUTURA A UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA**, Estado do Espírito Santo: FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Título I Capítulo I Das Disposições Preliminares

Art. 1º Fica instituído nos termos desta Lei, e incluído em sua estrutura organizacional a Unidade Central de Controle Interno, no âmbito do Poder Executivo Municipal de ÁGUIA BRANCA, vinculada diretamente ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º O funcionamento da Unidade Central de Controle Interno - UCCI do Poder Executivo de ÁGUIA BRANCA se sujeita ao disposto nas normas específicas dos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 e artigos 29, 70 e 76 da Constituição Estadual e, observadas as demais legislações e normas regulamentadas aplicáveis, e o disposto nessa lei.

Art. 3º O Controle Interno do Poder Executivo é o conjunto coordenado de métodos e práticas operacionais de gestão, empregadas por todas as suas unidades, de forma a enfrentar os riscos da organização e fornecer razoável segurança de que os objetivos e metas da instituição serão atingidos.

Parágrafo único. Todas as unidades que integram a estrutura organizacional do Poder Executivo a que se refere o caput devem utilizar-se dos controles internos como ferramenta de trabalho, os quais se darão de forma prévia, subsequente e, sempre que possível, concomitantemente aos atos controlados.

Art. 4º O Controle Interno do Poder Executivo de ÁGUIA BRANCA compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados pela administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei.

Capítulo II Das Conceituações



Prefeitura Municipal de Águia Branca
Estado do Espírito Santo
CNPJ : 31.796.584/0001-87

Art. 5º Para os fins desta Lei considera-se:

I - Controle Interno: conjunto de recursos, métodos e processos adotados pela própria chefia do setor, com a finalidade de comprovar fatos, impedir erros, fraudes e a ineficiência;

II - Sistema de Controle Interno (SCI): conjunto de atividades de controle exercido internamente ao longo da estrutura organizacional, buscando assegurar a salvaguarda dos ativos, a busca da eficiência operacional, o cumprimento das normas legais e regulamentares, articulando a partir de uma unidade central de coordenação, orientada para o desempenho das atribuições de Controle Interno; *

III - Unidades Executoras do Sistema de Controle Interno: são as diversas unidades da estrutura organizacional, no exercício das atividades de Controle Interno inerentes às suas funções finalísticas ou de caráter administrativo, compreendendo as secretarias, coordenadorias e demais departamentos distribuído no organograma do Poder Executivo Municipal; e

IV - Auditoria: minucioso exame total, parcial ou pontual dos atos administrativos e fatos contábeis, com a finalidade de identificar se as operações foram realizadas de maneira apropriada e registradas de acordo com as orientações e normas legais e se dará de acordo com as normas e procedimentos de Auditoria.

Capítulo III
Da Fiscalização Municipal e sua Abrangência

Art. 6º A fiscalização interna do Poder Executivo Municipal de ÁGUA BRANCA, será exercida pela Controladoria Geral do Município, como Unidade Central de Controle Interno Municipal, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos e objetivará a avaliação dos resultados obtidos pela administração, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade, equidade, eficiência, efetividade, publicidade, eficácia e razoabilidade compreendendo particularmente:

a) o controle exercido diretamente pelos diversos níveis de chefia objetivando o cumprimento dos programas, metas e orçamentos e a observância à legislação e as normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares;

b) o controle, pelas diversas unidades de estrutura organizacional, da observância à legislação e às normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares;

c) o controle do uso e guarda dos bens pertencentes ao Poder Executivo Municipal, cedidos ou colocados a sua disposição; e

d) o controle orçamentário e financeiro das receitas e despesas.

§ 1º O Poder Executivo e suas unidades da estrutura organizacional da Administração Direta e Indireta, deverão se submeter às disposições desta Lei e no que couber, às normas de padronização de procedimentos e rotinas de controle, expedidas no âmbito do Sistema de Controle Interno do Município.

§ 2º O trabalho administrativo será racionalizado mediante simplificação de processos e supressão de controles que se evidenciarem como puramente formais ou cujo custo seja evidentemente superior ao risco.



Prefeitura Municipal de Águia Branca

Estado do Espírito Santo

CNPJ : 31.796.584/0001-87

Título II

Da Unidade Central de Controle Interno (UCCI)

Capítulo I

Da Estrutura da Unidade Central de Controle Interno

Art. 7º A Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo será exercida através da seguinte estrutura:

I – Controladoria Geral do Município.

Seção I

Da Controladoria Geral do Município e sua Finalidade

Art. 8º Fica criada na forma da Estrutura Organizacional a Controladoria Geral do Município como Unidade Central de Controle Interno – UCCI do Poder Executivo de ÁGUA BRANCA, com objetivo de executar as atividades de controle municipal, alicerçado na realização de auditorias e vistorias, com a finalidade de:

a) verificar a regularidade da programação orçamentária e financeira, avaliando o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento do Município;

b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência, economicidade e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

d) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

e) examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;

f) examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;

g) exercer o controle sobre a execução da receita, bem como as operações de crédito, emissão de títulos e verificação dos depósitos de cauções e fianças;

h) exercer o controle sobre os créditos adicionais, bem como a conta "restos a pagar" e "despesas de exercícios anteriores";

i) acompanhar a contabilização dos recursos provenientes de celebração de convênios, examinando as despesas correspondentes;

j) supervisionar as medidas adotadas pelo Poder Executivo para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23 da Lei nº 101/2000, caso haja necessidade;

k) realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de restos a pagar, processados ou não;

l) realizar o controle da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, de acordo com as restrições impostas pela Lei Complementar Nº 101/2000;

m) controlar o alcance do atingimento das metas fiscais dos resultados primário e nominal;



Prefeitura Municipal de Águia Branca

Estado do Espírito Santo

CNPJ : 31.796.584/0001-87

n) acompanhar o atingimento dos índices fixados para a educação e a saúde, estabelecidos pelas Emendas Constitucionais nº 14/1998 e nº 29/2000, respectivamente;

o) manter registros sobre controle dos custos e preços dos serviços de qualquer natureza, mantida pela administração direta e indireta, objetivando garantir economicidade, eficácia e eficiência à gestão;

p) acompanhar, para fins de posterior registro no Tribunal de Contas, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração Direta e Indireta Municipal incluída as fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão e designações para função gratificada;

q) verificar os atos de aposentadoria para posterior registro no Tribunal de Contas;

r) emitir relatório por ocasião do encerramento do exercício, sobre as contas e balanço geral do Município; e

s) realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do Sistema de Controle Interno, inclusive quando da edição de leis, regulamentos e orientações.

Parágrafo único. A Controladoria Geral do Município, para execução de seus serviços, compõe-se da seguinte estrutura, diretamente subordinada ao respectivo titular:

- I – Coordenadoria Técnica de Contabilidade;
- II – Coordenadoria Técnica de Auditoria; e
- III – Coordenadoria Administrativa.

Subseção I

Da Coordenadoria Técnica de Contabilidade

Art. 9º A Coordenadoria Técnica de Contabilidade têm como finalidade exercer o controle interno sobre a arrecadação de receitas e despesas da execução orçamentária sob os aspectos contábil, financeiro, patrimonial e orçamentário da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

Parágrafo único. Compete à Coordenadoria Técnica de Contabilidade:

a) planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades dos serviços contábil, financeiro, patrimonial e orçamentário da Administração Pública Municipal Direta e Indireta;

b) avaliar e apresentar diagnóstico dos sistemas de controle interno contábil, financeiro, patrimonial e orçamentário da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, oferecendo solução para os problemas detectados;

c) auditar os serviços de registro de receita orçamentária, extra-orçamentária, operações de crédito e outros ingressos financeiros;

d) acompanhar a elaboração da legislação orçamentária do Município e sua efetiva execução, cumprimento de metas fiscais e demais normas do direito financeiro e de Gestão Fiscal, na forma da legislação em vigor; e



Prefeitura Municipal de Águia Branca

Estado do Espírito Santo

CNPJ : 31.796.584/0001-87

e) exercer outras atividades correlatas às atribuições da Controladoria Geral do Município no que se refere a assuntos contábeis, financeiros, patrimoniais e, orçamentário do Município.

Subseção II Da Coordenadoria Técnica de Auditoria

Art. 10. A Coordenadoria Técnica de Auditoria têm como finalidade realizar auditorias e diligências visando o cumprimento das normas e princípios legais e constitucionais que regem a Administração Pública.

Parágrafo único. Compete à Coordenadoria Técnica de Auditoria:

- a) vistoriar a efetiva execução dos contratos, convênios, ajustes e termos de parcerias firmados pelo Município que envolvam recursos do erário;
- b) efetuar diligências, quando necessário, para averiguações de denúncias ou de notícias de supostas irregularidades praticadas por Órgãos da Administração Direta, Indireta, Fundos, ou Entidades privadas que recebam direta ou indiretamente recursos públicos municipais;
- c) conferir informações prestadas pelos diversos Órgãos da Administração Pública Direta, Indireta, Fundos ou quaisquer Entidades que recebam recursos do Município a título de subvenções, auxílios, contribuições ou quaisquer outras formas de repasse de valores do erário às entidades públicas ou privadas;
- d) proceder à análise de processos admissionais de pessoal, bem como, os processos de aposentadoria de servidores, antes de serem remetidos a registro junto ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo; e
- e) exercer quaisquer outras atividades de auditoria visando o cumprimento das normas e princípios legais e constitucionais que regem a Administração Pública.

Subseção III Da Coordenadoria Administrativa

Art. 11. A Coordenadoria Administrativa têm como finalidade desempenhar suas atribuições, em matéria técnica e administrativa, fornecendo informações e subsídios às decisões a serem tomadas pela Controladoria Geral do Município.

Parágrafo único. Compete à Coordenadoria Administrativa:

- a) acompanhar e realizar os serviços administrativos da Controladoria;
- b) administrar a agenda da Controladoria;
- c) atender o público interno e externo;
- d) providenciar as comunicações oficiais da Controladoria;
- e) desenvolver as atividades relacionadas à gestão de contratos;
- f) controlar e executar procedimentos administrativos relativos à capacitação dos servidores da Coordenadoria;
- g) providenciar a requisição de Suprimento de Fundos e outras despesas inerentes a Controladoria;



Prefeitura Municipal de Águia Branca

Estado do Espírito Santo

CNPJ : 31.796.584/0001-87

h) desenvolver, executar e acompanhar, junto aos servidores da Controladoria, projetos voltados ao aperfeiçoamento de procedimentos e rotinas de sua área de atuação;

i) exercer o controle dos materiais e bens patrimoniais de responsabilidade da Controladoria;

j) apoiar a organização de eventos realizados pela Controladoria;

k) assistir ao Controlador no desempenho de suas atribuições, em matéria técnica e administrativa, fornecendo informações e subsídios às decisões;

l) acompanhar os controles administrativos internos da área-meio da Controladoria Geral;

m) elaborar o plano de ação anual e relatórios de atividades da Controladoria Geral do Município; e

n) organizar e manter a coleção de publicações, periódicos e demais textos de leis e normas técnicas, objeto de consultas pela equipe técnica e de apoio técnico.

Subseção IV Dos Demais Servidores

Art. 12. Competem aos demais servidores lotados na Controladoria Geral do Município, além das atribuições de seus cargos:

a) prestar assistência ao Controlador Geral e Coordenadores em todos os atos de sua competência;

b) realizar trabalhos de apoio às atividades-fim, através de serviços de digitação, pesquisas, organização e arquivamento de documentos e demais atividades compatíveis ao adequado funcionamento da Controladoria Geral;

c) supervisionar as atividades das unidades da Controladoria Geral;

d) receber e registrar o fluxo de documentos, processos e demais tipos de requisições pertinentes à Controladoria Geral;

e) providenciar a requisição, organização e provimento de materiais de trabalho para o funcionamento da Controladoria;

f) proceder ao controle da escala de férias e frequência dos servidores da Controladoria Geral do Município; e

g) exercer outras atividades atinentes à função de assistência no exercício das atribuições da Controladoria Geral do Município e respectivas Coordenações que a integram.

Capítulo II Das Responsabilidades de todas as Unidades Executoras do Sistema de Controle Interno

Art. 13. As diversas unidades componentes da estrutura organizacional do Poder Executivo abrangendo a Administração Direta e Indireta, no que tange ao Controle Interno, têm as seguintes responsabilidades:

a) exercer os controles estabelecidos nos diversos sistemas administrativos afetos à sua área de atuação, no que tange a atividades específicas ou auxiliares, objetivando a observância à legislação, a salvaguarda do patrimônio e a busca da eficiência operacional;



Prefeitura Municipal de Águia Branca

Estado do Espírito Santo

CNPJ : 31.796.584/0001-87

b) exercer o controle, em seu nível de competência, sobre o cumprimento dos objetivos e metas definidas nos Programas constantes do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Orçamento Anual e no cronograma de execução mensal de desembolso;

c) exercer o controle sobre o uso e guarda de bens pertencentes ao Poder Executivo abrangendo a Administrações Direta e Indireta colocada à disposição de qualquer pessoa física ou entidade que os utilize no exercício de suas funções;

d) avaliar sob o aspecto da legalidade, a execução dos contratos, convênios e instrumentos congêneres, afetos ao respectivo sistema administrativo, em que o Poder Executivo abrangendo a Administração Direta e Indireta; e

e) comunicar à Unidade de Controle Interno do Poder Executivo abrangendo a Administração Direta e Indireta qualquer irregularidade ou ilegalidade de que tenha conhecimento, sob pena de responsabilidade solidária.

Capítulo III

Da Atuação da Controladoria Geral do Município

Art. 14. Constituem objeto de exame específico da Controladoria Geral do Município os atos praticados pelas unidades pertencentes à estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal, observados os princípios de auditoria, quanto à materialidade, risco e relevância, especialmente:

a) os sistemas administrativos e operacionais de Controle Interno utilizados na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional do Poder Executivo;

b) os sistemas de pessoal;

c) os contratos, convênios, acordos, termos de cooperação e outros instrumentos similares firmados pelo Poder Executivo com órgãos ou entidades públicas ou privadas e respectivas prestações de contas, quando for o caso;

d) os processos de licitação, dispensa e inexigibilidade;

e) as obras, inclusive as reformas e ampliações;

f) os instrumentos e sistemas de gerenciamento, de guarda e de conservação dos bens e do patrimônio do Poder Executivo;

g) os atos administrativos de que resultem direitos e obrigações para o Poder Executivo;

h) os adiantamentos efetuados pelo Poder Executivo aos seus integrantes e aos seus servidores, bem como as respectivas prestações de contas;

i) a fixação e a execução da despesa;

j) a previsão e o repasse do duodécimo destinado ao Poder Legislativo;

k) a observância dos limites legais e constitucionais;

l) a organização e a gestão das diversas unidades do Poder Executivo; e

m) o gerenciamento, a integridade e a segurança dos sistemas informatizados do Poder Executivo.

Art. 15. Ao Controlador Geral do Município compete:

a) desempenhar suas funções em estrito cumprimento das normas de Controle Interno editadas, sob pena de responsabilidade, sujeitando-as a



Prefeitura Municipal de Águia Branca

Estado do Espírito Santo

CNPJ : 31.796.584/0001-87

imputação de débito, multa e/ou punição administrativa na forma estabelecida no estatuto dos servidores ou regulamento próprio;

b) propor a Prefeita de ÁGUA BRANCA, a atualização ou a adequação às resoluções relativas ao Sistema de Controle Interno Municipal;

c) informar ao Prefeito de ÁGUA BRANCA, para as providências necessárias, a ocorrência de atos ilegais, ilegítimos, irregulares ou antieconômicos de que resultem ou não em dano ao erário;

d) assinar, após cuidadosa avaliação, o Relatório de Gestão Fiscal, em conjunto com o Diretor do Departamento de Contabilidade, o Secretário Municipal de Finanças e o Prefeito Municipal;

e) acompanhar e avaliar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a execução dos planos orçamentários;

f) avaliar a execução dos programas e dos orçamentos quanto ao cumprimento das metas físicas e financeiras;

g) comprovar a legalidade dos atos de gestão e avaliar os resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional do Poder Executivo;

h) zelar pela obediência das formalidades legais e avaliar os resultados de atos administrativos em geral, acompanhando especialmente a admissão de pessoal;

i) avaliar a legalidade dos contratos e procedimentos licitatórios promovidos pelo Poder Executivo;

j) produzir, sempre que requisitados, relatórios destinados a subsidiar a ação e gestão do Prefeito e dos responsáveis pelos cargos de Direção do Poder Executivo;

k) participar dos processos de expansão de informatização do Poder Executivo, com vistas a proceder à otimização das atividades prestadas pela Controladoria Geral do Município;

l) realizar treinamento aos servidores integrantes das Unidades Administrativas, bem como a disseminação de informações técnicas;

m) programar e sugerir ao Prefeito de ÁGUA BRANCA a participação dos servidores em cursos de capacitação voltados para melhoria do Controle Interno;

n) recomendar, acompanhar e avaliar a execução de auditorias e sindicâncias;

o) fornecer informações de interesse público quanto à tramitação de procedimentos internos da Controladoria Geral do Município, mediante requisição oficial;

p) verificar a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos;

q) avaliar as medidas adotadas, bem como, sugerir ações que entenda necessárias, para o retorno da despesa total com pessoal ao limite da LRF, caso necessário, nos termos dos Arts. 22 e 23 da Lei Complementar n.º 101/2000;

r) avaliar o cumprimento dos limites de gastos do Poder Executivo Municipal;

s) manifestar-se, expressamente, sobre as contas anuais da Prefeitura de ÁGUA BRANCA a ser enviada ao Tribunal de Contas, com o devido atestado dos seus membros, de que tomaram conhecimento das conclusões nela contida;

t) sugerir ao Prefeito de ÁGUA BRANCA a instauração de Tomada de Contas Especial nos casos de identificação de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário; e



Prefeitura Municipal de Águia Branca
Estado do Espírito Santo
CNPJ : 31.796.584/0001-87

u) desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pela Prefeita, no âmbito de sua competência.

Art. 16. No desempenho de suas atribuições constitucionais e as previstas nesta Lei, o Controlador Geral do Município, poderá:

a) emitir instruções normativas, no âmbito da Prefeitura de ÁGUA BRANCA, e observadas às normas instituídas pelo Sistema de Controle Interno Municipal, com a finalidade de estabelecer a padronização sobre a forma de Controle Interno e esclarecer as dúvidas existentes, delegando responsabilidades aos servidores integrantes da Equipe de Controle, no desempenho de suas funções;

b) requisitar documentos e informações dos setores da administração e de entidades privadas prestadoras de serviço que tenha recebido recursos públicos, oriundos do Poder Executivo, a fim de esclarecer acontecimentos ou subsidiar procedimentos de análise e auditoria;

c) solicitar pareceres jurídicos, contábeis e outros, a fim de subsidiar o exercício de suas atividades;

d) requisitar contratações e aquisições necessárias ao desenvolvimento de suas atividades, autorizadas pelo Chefe deste Poder; e

e) instaurar procedimentos de auditoria ou inspeções específicas, encaminhando, em caso de constatação de irregularidades, os resultados ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público Estadual.

Art. 17. No exercício do Controle Interno, as unidades integrantes da estrutura organizacional da Prefeitura de ÁGUA BRANCA têm as seguintes responsabilidades, além das atribuições que lhes são peculiares:

a) exercer serviços de controle sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica da Controladoria Geral do Município;

b) ampliar e integrar a fiscalização do Sistema de Controle Interno;

c) propor a Controladoria Geral do Município a atualização ou adequação das normas, agenda de obrigações;

d) informar a Controladoria Geral do Município na forma documental, as situações de irregularidades ou ilegalidades, erros ou falhas que tornar conhecimento;

e) colaborar com os trabalhos de auditoria, tomada de contas ou processo administrativo;

f) exercer o controle, por meio dos diversos níveis de chefia, visando ao cumprimento dos programas, objetivos e metas estabelecidos no planejamento estratégico e operacional da Prefeitura e à observância da legislação e das normas que orientam suas atividades específicas;

g) manter registro de suas operações e adotar manuais e fluxogramas para espelhar as rotinas de procedimentos que consubstanciam suas atividades;

h) manter atualizada a padronização dos processos de trabalho de sua área de atuação;

i) disponibilizar a Controladoria Geral do Município, autos de processo, documentos, informações, acesso a sistemas e banco de dados informatizados, além de outros elementos que forem solicitados, para desempenho de suas atribuições; e

j) cumprir com as normas estabelecidas.



Prefeitura Municipal de Águia Branca

Estado do Espírito Santo

CNPJ : 31.796.584/0001-87

Parágrafo Único. A implementação do Sistema de Controle Interno não exime os gestores das unidades da Prefeitura de ÁGUIA BRANCA, no exercício de suas funções, da responsabilidade individual de controle, nos limites de sua competência.

Art.18. Como integrantes do Controle Interno da Prefeitura Municipal, os responsáveis pelas diversas unidades da estrutura organizacional, em seu âmbito de atuação, assumem também as seguintes atribuições adicionais:

a) prestar apoio na identificação dos "pontos de controle" inerentes as atividades nas quais a sua unidade está diretamente envolvida, assim como, no estabelecimento dos respectivos procedimentos de controle;

b) coordenar o processo de desenvolvimento, implementação, ou atualização nas instruções normativas, nas quais a unidade com que está vinculada atue como responsável pela sua elaboração;

c) exercer o acompanhamento sobre a efetiva observância das instruções normativas a que sua unidade está sujeita e propor o seu constante aprimoramento;

d) orientar providências para as questões relacionadas ao Tribunal de Contas do Estado afeta a sua unidade; e

e) promover o atendimento as solicitações de informações e de providências por parte da UCCI, inclusive quanto à obtenção e encaminhamento das respostas sobre constatações e recomendações apresentadas pela UCCI nos relatórios de auditoria interna.

Capítulo IV Da Organização De Função

Art. 19. Fica a Controladoria Geral do Município, vinculada diretamente ao Prefeito Municipal, autorizada a organizar com o suporte necessário de recursos humanos e materiais, que atuará como Órgão Central de Controle Interno.

Capítulo V Do Provimento Dos Cargos

Art. 20. Ficam criados na Estrutura Organizacional do Poder Executivo 03 (três) cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, a ser preenchido preferencialmente por servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de ÁGUIA BRANCA, a serem denominados: 01 (um) Controlador Geral do Município, com salário de R\$ 3.988,43, (três mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e três centavos) o qual responderá como titular da correspondente Unidade Central de Controle Interno, 01 (um) Coordenador Técnico de Contabilidade, com salário de R\$ 2.013,89 (dois mil e treze reais e oitenta e nove centavos) o qual responderá pela Coordenadoria Técnica de Contabilidade, 01 (um) Coordenador Técnico de Auditoria, com salário de R\$ 2.013,89 (dois mil e treze reais e oitenta e nove centavos) o qual responderá pela Coordenadoria Técnica de Auditoria.

Prefeitura Municipal de Águia Branca
Estado do Espírito Santo
CNPJ : 31.796.584/0001-87



Art. 21. Ficam criados no Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, 02 (dois) cargos efetivos, denominado de Auditor Público Interno, a ser ocupado por servidores que possuam escolaridade superior, para o exercício das atribuições a ele inerentes.

Parágrafo único. Até o provimento destes cargos, mediante concurso público, os recursos humanos necessários às tarefas de competência da Unidade Central de Controle Interno serão recrutados do quadro efetivo de pessoal do Poder Executivo Municipal, desde que preencham as qualificações para o exercício da função.

Art. 22. Os ocupantes de cargos efetivos da Unidade Central de Controle Interno - UCCI, com atribuições de atividades relacionadas ao controle interno, deverão possuir nível de escolaridade superior e demonstrar conhecimento sobre matérias orçamentária, financeira e contábil e respectiva legislação vigente, além de dominar os conceitos relacionados ao controle interno e à atividade de auditoria.

Parágrafo único. Servidores poderão ser colocados à disposição para o desenvolvimento de atribuições ligadas ao Controle Interno, por prazo indeterminado, sem que com isso compoñham a Equipe de Controle.

Capítulo VI
Das Nomeações

Art. 23. É vedada a indicação e nomeação e designação para o exercício das funções de Controlador Geral do Município, ou cargo relacionado com a Controladoria Geral do Município, servidor ou pessoas que tenham nos últimos 5 (cinco) anos:

a) sofrido penalização administrativa por decisão da qual não caiba recurso na esfera administrativa, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público, em qualquer esfera do governo; e

b) condenado em processo por prática de crime contra a administração pública, capitulado nos Títulos II e XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, ou por ato de improbidade administrativa previsto na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

§ 1º A substituição temporária dos ocupantes dos cargos em Comissão da Controladoria Geral do Município, em casos de licenças, afastamentos e férias, deve ser preferencialmente por servidor lotado na Equipe da Controladoria Geral do Município, que atenda aos requisitos expressos na presente Lei e referendada pelo Prefeito Municipal de ÁGUA BRANCA.

§ 2º No caso de exoneração, o Prefeito Municipal nomeará outro servidor, atendida as condições previstas nesta Lei.

Capítulo VII
Das Vedações e Garantias



Prefeitura Municipal de Águia Branca

Estado do Espírito Santo

CNPJ : 31.796.584/0001-87

Art. 24. Além dos impedimentos capitulados no estatuto dos Servidores Públicos Municipais, é vedado aos servidores com função nas atividades de Controle Interno exercer:

- a) patrocinar causa contra a Administração Pública Municipal;
- b) realizar atividade político-partidária; e
- c) demais atividades incompatíveis com os interesses da Administração Pública Municipal.

§ 1º Durante o período em que o servidor estiver nomeado para Controlador Geral do Município ou designado para compor a Equipe de Controle Interno, não poderão ter suas funções modificadas e somente poderão ser afastados de suas funções por falta gravíssima.

§ 2º Constitui-se em garantias dos servidores ocupantes da função de Controlador Geral do Município ou designado para compor a Equipe de Controle Interno:

- a) independência profissional para desempenho de suas atribuições;
- b) livre ingresso em todas as Unidades Administrativa da Prefeitura;
- c) acesso a todas as dependências e a quaisquer documentos, informações existentes e banco de dados indispensáveis e necessários ao exercício das funções de controle interno, ainda que o acesso a esses locais, documentos e informações esteja sujeito a restrições;
- d) competência para requerer as informações e os documentos necessários à instrução de atos, processos e relatórios de que tenham sido encarregados pelo órgão de Controle Interno no qual exerçam suas funções; e
- e) livre manifestação técnica e independência intelectual, observados o dever de motivação de seus atos.

Art. 25. Fica vedada a participação do servidor que exerce as funções de competências da Controladoria Geral do Município, em comissões inerentes a processos administrativos ou sindicâncias destinadas a apurar irregularidades ou ilegalidades, assim como, em comissões processantes de tomada de contas especiais, licitação e patrimônio.

Art. 26. Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado à Controladoria Geral do Município, no exercício das atribuições inerentes às atividades de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão.

Parágrafo único O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo a atuação do Controle Interno no desempenho de suas funções institucionais ficará sujeito a responsabilização administrativa, civil e penal.

Art. 27. É garantido ao servidor integrante do Sistema de Controle Interno o acesso a qualificações, ao aperfeiçoamento, em cursos, capacitações, seminários, congressos, entre outras, além de subsídios materiais, como livros, mídias digitais, desde que, demonstrado o interesse público e garantido a participação ou uso em benefício do órgão.



Prefeitura Municipal de Águia Branca

Estado do Espírito Santo

CNPJ : 31.796.584/0001-87

Art. 28. O servidor que exercer funções relacionadas com o Controle Interno deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidas em decorrência do exercício de suas atribuições e pertinentes aos assuntos sob a sua fiscalização, utilizando-os para elaboração de relatórios e pareceres destinados ao titular da Unidade de Controle Interno, ao titular da unidade administrativa e ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, se for o caso.

Capítulo VIII

Apuração de Irregularidade no Cumprimento das Normas do Controle Interno

Art. 29. O Controlador Geral do Município poderá solicitar a tomada de contas especial ou a instauração de Processo de Sindicância que será determinado pela Prefeitura Municipal de ÁGUIA BRANCA, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação aplicável, quando comprovada a prática de grave infração às normas de Controle Interno.

I - são formalidades para a Tomada de Contas Especial.

- a) ser realizado por comissão ou tomador de contas nomeado pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) terem esgotadas as medidas administrativas cabíveis pelo Controlador Geral do Município para recomposição do erário;
- c) for destinada a apurar fatos, identificar responsáveis e quantificar o dano causado ao erário quando não forem prestadas contas, ocorrência de desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, ou ainda pela prática de ato ilegal de que resulte dano ao erário;
- d) a observância ao princípio do contraditório e da ampla defesa;
- e) o registro em relatório e encaminhamento ao Controlador Geral do Município para emissão de parecer, indicação das medidas adotadas e a adotar, conhecimento ao Chefe de Poder Executivo para homologação e encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado;
- f) após apurados os fatos, quantificado o dano, homologado pelo chefe de Poder Executivo, o responsável será notificado para no prazo de 30 dias, recolher aos cofres públicos o débito que lhe foi imputado ou apresentar alegações de defesa com fatos novos;
- g) quando mantida a decisão após as alegações de defesa, o responsável será notificado a recolher o débito no prazo de 15 dias, sobe pena de inscrição em dívida ativa para execução; e
- h) não sendo imputado débito, mas comprovada a prática de grave infração a norma constitucional ou legal, o responsável estará sujeito à multa e/ou às penalidades administrativas previstas no estatuto.

II - são requisitos para abertura de Processo Administrativo:

- a) ser realizada por comissão;
- b) quando comprovada a prática de grave infração as normas de controle;
- c) for destinada a apurar fatos e identificar os responsáveis;
- d) duração não superior a 180 dias;



Prefeitura Municipal de Águia Branca

Estado do Espírito Santo

CNPJ : 31.796.584/0001-87

- e) a observância ao princípio do contraditório e da ampla defesa; e
- f) o registro em relatório e encaminhamento ao Controlador Geral do Município para emissão de parecer, indicação das medidas adotadas e a adotar para corrigir e prevenir novas falhas, conhecimento ao Chefe de Poder Executivo homologação.

Capítulo IX

Do Controle Interno como apoio ao Controle Externo

Art. 30. Na apoio ao Controle Externo, o Sistema de Controle Interno deverá exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

- a) organizar e executar programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, os respectivos relatórios;
- b) realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer; e
- c) alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer das ocorrências referidas que autorizem este procedimento.

Art. 31. Os responsáveis pelo Controle Interno, ou na falta destes, os dirigentes dos órgãos e entidades da administração pública municipal, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão imediato conhecimento ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, sob pena de responsabilidade solidária.

Parágrafo único. Na comunicação ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, o dirigente do órgão de Controle Interno competente indicará as providências adotadas para:

- a) corrigir a ilegalidade ou a irregularidade apurada;
- b) ressarcir o eventual dano causado ao erário; e
- c) evitar ocorrências semelhantes.

Título III

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 32. Fica assegurado ao Controlador Geral do Município, no desempenho de suas funções, o acesso a todos os documentos, fatos e informações relacionados à Prefeitura Municipal, aos órgãos e entidades alcançados pelo Controle Interno do Executivo.

Art. 33. É vedado aos responsáveis pelos trabalhos de Controle Interno divulgar fatos e informações de que tenham tomado conhecimento, em razão do exercício de suas atribuições.



Prefeitura Municipal de Águia Branca

Estado do Espírito Santo

CNPJ : 31.796.584/0001-87

Art. 34. Fica estabelecido o interstício de até 05 (três) anos como período de transição para realização de concurso público objetivando o provimento do quadro de pessoal efetivo da Controladoria Geral do Município, a partir da vigência desta Lei.

Art. 35. Fica o Poder Executivo Municipal de ÁGUA BRANCA autorizado a regulamentar a presente Lei no que couber.


Art. 36. Os recursos necessários para execução da presente Lei correrão a conta de dotações próprias, consignadas no Orçamento de 2013 as quais serão suplementadas se necessário.

Art. 37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 38. Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

ÁGUA BRANCA, ES, 24 de setembro de 2013.


ANA MARIA CARLETTI QUIUQUI
Prefeita Municipal



Prefeitura Municipal de Águia Branca

Estado do Espírito Santo

CNPJ : 31.796.584/0001-87

LEI Nº 1.121/2013.

FICA CRIADO NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO, 02 (DOIS) CARGOS DE AUDITOR PÚBLICO INTERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo; FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado na estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, 02 (dois) cargos de auditor público interno, cujas atribuições e carga horária são definidos no anexo I.

Art. 2º. Os cargos ora criados possuem CARREIRA IX no plano de carreira geral do município de Águia Branca, com salário de R\$ 2.003,12;

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Águia Branca-ES, 24 de setembro de 2013.

ANA MARIA CARLETTI QUIUQUI
PREFEITA MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 1.687/2022

DISPÕE SOBRE A REAVALIAÇÃO ATUARIAL/2022, INSTITUI O PLANO DE AMORTIZAÇÃO PARA O EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL, MANTÉM A ALÍQUOTA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DEVIDA PELO MUNICÍPIO AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS, BEM COMO MANTÉM A ALÍQUOTA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DEVIDA PELO SEGURADO.

O Prefeito Municipal de Águia Branca, Estado do Espírito Santo, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A contribuição previdenciária de responsabilidade do Segurado relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários, necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 14,00% (quatorze inteiros por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Art. 2º - A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 16,84% (dezesseis inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Art. 3º - Fica instituído plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela anexa a esta Lei.


Art. 4º - Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

Art. 5º - Ficam homologados os resultados do Relatório de Reavaliação Atuarial nº 1.707, realizada em 17 de janeiro de 2022 (2ª versão).

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca-ES, em 18 de fevereiro de 2022.


JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO I - TABELA DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Lei 1.687/2022

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO Custo Suplementar	C.S. *
0		(37.593.126,58)				
1	2022	(37.577.449,22)	15.677,36	1.808.229,39	1.823.906,74	26,50%
2	2023	(37.542.778,72)	34.670,50	1.807.475,31	1.842.145,81	26,50%
3	2024	(37.488.019,11)	54.759,61	1.805.807,66	1.860.567,27	26,50%
4	2025	(37.396.908,14)	91.110,97	1.803.173,72	1.894.284,69	26,71%
5	2026	(37.267.086,28)	129.821,85	1.798.791,28	1.928.613,14	26,93%
6	2027	(37.096.069,44)	171.016,84	1.792.546,85	1.963.563,69	27,14%
7	2028	(36.881.242,76)	214.826,68	1.784.320,94	1.999.147,62	27,36%
8	2029	(36.619.854,13)	261.388,63	1.773.987,78	2.035.376,41	27,58%
9	2030	(36.309.007,38)	310.846,75	1.761.414,98	2.072.261,74	27,80%
10	2031	(35.945.655,13)	363.352,25	1.746.463,25	2.109.815,51	28,03%
11	2032	(35.526.591,31)	419.063,82	1.728.986,01	2.148.049,83	28,25%
12	2033	(35.048.443,31)	478.148,00	1.708.829,04	2.186.977,04	28,48%
13	2034	(34.507.663,74)	540.779,57	1.685.830,12	2.226.609,69	28,71%
14	2035	(33.900.521,79)	607.141,95	1.659.818,63	2.266.960,58	28,94%
15	2036	(33.223.094,19)	677.427,60	1.630.615,10	2.308.042,70	29,17%
16	2037	(32.471.255,70)	751.838,49	1.598.030,83	2.349.869,32	29,41%
17	2038	(31.640.669,17)	830.586,53	1.561.867,40	2.392.453,93	29,64%
18	2039	(30.726.775,10)	913.894,07	1.521.916,19	2.435.810,26	29,88%
19	2040	(29.724.780,69)	1.001.994,41	1.477.957,88	2.479.952,30	30,12%
20	2041	(28.629.648,36)	1.095.132,33	1.429.761,95	2.524.894,28	30,37%
21	2042	(27.436.083,74)	1.193.564,62	1.377.086,09	2.570.650,71	30,61%
22	2043	(26.138.523,02)	1.297.560,72	1.319.675,63	2.617.236,34	30,86%
23	2044	(24.731.119,77)	1.407.403,25	1.257.262,96	2.664.606,21	31,10%
24	2045	(23.207.731,03)	1.523.388,74	1.189.566,86	2.712.955,60	31,35%
25	2046	(21.561.902,80)	1.645.828,24	1.116.291,86	2.762.120,10	31,61%
26	2047	(19.786.854,76)	1.775.048,04	1.037.127,52	2.812.175,56	31,86%
27	2048	(17.875.464,34)	1.911.390,42	951.747,71	2.863.138,14	32,12%
28	2049	(15.820.249,91)	2.055.214,43	859.809,83	2.915.024,26	32,37%
29	2050	(13.613.353,26)	2.206.896,65	760.954,02	2.967.850,67	32,64%
30	2051	(11.246.521,15)	2.366.832,12	654.802,29	3.021.634,41	32,90%
31	2052	(8.711.085,99)	2.535.435,15	540.957,67	3.076.392,82	33,16%
32	2053	(5.997.945,66)	2.713.140,34	419.003,24	3.132.143,57	33,43%
33	2054	(3.097.542,20)	2.900.403,46	288.501,19	3.188.904,64	33,70%
34	2055	160,37	3.097.702,57	148.991,78	3.246.694,35	33,97%
35	2056	-	-	-	-	-



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECRETO Nº 9.596/2021

PUBLICADO NO QUADRO
DE AVISOS LOCAL.

ÁGUA BRANCA-ES, 20/12/2021.

Responsável - Mat. 481

NOMEIA A DIRETORIA EXECUTIVA E DESIGNA PROCURADOR JURIDICO MUNICIPAL PARA RESPONDER PELA ÁREA JURÍDICA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ÁGUA BRANCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OPREFEITO MUNICIPAL DE AGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legaisque lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 523/2002,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o servidor efetivo **GILVANI PEREIRA ROSA**, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Diretoria Executiva do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Água Branca – **ÁGUA BRANCA PREV**, na forma do art. 55 da Lei Municipal nº 523/2002.

Art. 2º - Fica nomeada a servidora **INES GOMES SILVA**, para exercer o cargo de Diretora de Previdência e Atuária do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Água Branca – **ÁGUA BRANCA PREV**, na forma do art. 55 da Lei Municipal nº 523/2002.

Art. 3º - Fica designado o Servidor Municipal **JUANDERSON MORAES DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo comissionado de Procurador Geral, para responder pela área jurídica do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Água Branca – **ÁGUA BRANCA PREV**, sendo o mesmo competente para emitir parecer sobre processos administrativos e licitatórios e demais atos pertinentes à área jurídica do Instituto, nos termos da Lei Municipal nº 1.486/2018.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de dezembro de 2021. Revoga-se as disposições em contrário, em especial as contidas no decreto nº 9.590 de 15 de dezembro de 2021.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Água Branca/ES, em 20 de dezembro de 2021.

Assinado de forma digital por JAILSON JOSE QUIUQUI:01705872743
Dados: 2021.12.20 14:49:32 -03'00'

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência "Águia Branca Prev", realizada no dia 25 de janeiro do ano de 2022, às nove horas, na sala deste Instituto, situado na Rua Jorge Elias Hitte.

Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Sirênio Azeredo, Regina Cely Vicente Ferreira, Jefferson dos Santos Quiuqui, Arciso da Rocha Sala, Sandra Mara da Silva Piffer, Valdeir Geraldo de Lázari, Lúcia Helena Tavares Floriano, Ângela Aparecida Gobbi Ferreira, Alexsandro dos Passos Viana, Alexandre Polez, Cristiane Keila Bragança da Silva e Adélia Maria Guaresqui Fedeszen. Havendo quórum, o Presidente, Srº Gilvani Pereira Rosa iniciou a reunião apresentando a nova Diretoria Executiva do Águia Branca PREV que desde o dia 15 de dezembro de 2021 ficou composta com o Senhor Gilvani como Diretor Presidente e a Senhora Ines Gomes Silva como Diretora de Previdência e Atuária e o Senhor Julimar Pinheiro Alves como Contador, e o Comitê de Investimento composto por Gilvani Pereira Rosa, Ines Gomes Silva e Rafael Conceição Kruger, pois a pedido foram exoneradas dos cargos a Senhora Suziany Paste Gonçalves Oliveira e a senhora Adriana dos Santos de Lima Barbalho. Aproveitando a oportunidade o Diretor Presidente agradeceu pelo acolhimento recebido da Equipe deste Instituto de Previdência e pelo apoio de todos os conselheiros. Em seguida, apresentou a pauta do dia: **Contratos em 2022 e Prestação de Contas do 6º bimestre de 2021**. Franqueada a palavra, a Srª Ines Gomes Silva, informou sobre os contratos realizados pelo Instituto para o ano de 2022. Sendo eles: o terceiro Termo Aditivo ao Contrato 005/2018 com a Empresa E & L com vencimento em 02 de Dezembro de 2022. Contrato 003/2021 com a empresa I.F. Consultoria Atuarial Eireli com vencimento em 26 de outubro de 2022. Contrato 004/2021 com o Senhor Aldenir Pereira Reis referente a locação de imóvel para funcionamento do Instituto com vencimento em 31 de dezembro de 2022. Contrato nº 005/2021 I.F. Consultoria Atuarial Eireli com vencimento em 31 de dezembro de 2022. Contrato 006295/2022 com a empresa DATAPREV com vencimento em 60 meses. Em seguida, passou a palavra para o Contador deste Instituto Sr. Julimar Pinheiro Alves, que apresentou a alíquota referente ao custo especial (amortização do déficit atuarial) que foi alterada de 17,5% (dezessete vírgula cinco por cento) para 18,5% (dezoito vírgula cinco por cento) vigente a partir de janeiro de 2022. Em seguida o contador distribuiu os balancetes da receita e da despesa referente ao 6º (sexto) bimestre de 2021 (dois mil e vinte um). Meses novembro e dezembro. Dando início, apresentou a receita auferida em Novembro no valor de R\$ 934.140,60 (novecentos e trinta e quatro mil cento e quarenta reais e sessenta centavos), advinda das contribuições patronais, do servidor ativo e inativo, da compensação previdenciária, da remuneração dos recursos do RPPS e da amortização do déficit atuarial. No mesmo mês o Instituto incorreu em despesas de R\$ 8.318,65 (oito mil trezentos e dezoito reais e sessenta e cinco centavos), custeadas pela taxa administrativa, bem como procedeu ao pagamento de aposentadorias e pensões, no valor de R\$ 226.965,31 (duzentos e vinte seis mil, novecentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos). Em Dezembro, o Instituto apresentou a receita de R\$ 769.283,88 (setecentos e sessenta e nove mil, duzentos e oitenta e tres reais e oitenta e oito centavos), sendo tal valor proveniente de contribuições patronais, do servidor ativo e inativo, da compensação previdenciária, da remuneração dos recursos do RPPS e da amortização do déficit atuarial. No mês de Dezembro, o Instituto incorreu em despesas de R\$ 16.890,79 (dezesseis mil, oitocentos e noventa reais e setenta e nove centavos), custeadas pela taxa administrativa, bem como pagou aposentadorias, pensões e 13º

salários, no valor de R\$ 434.622,27 (quatrocentos e trinta e quatro mil, seiscentos e vinte dois reais e vinte sete centavos). O rendimento das aplicações financeiras em Novembro apresentou o valor positivo de R\$ 653.717,67 (seiscentos e cinquenta e tres mil, setecentos e dezessete reais e sessenta e sete centavos). No mês de Dezembro, houve rendimento positivo das aplicações financeiras no valor de R\$ 244.094,38 (duzentos e quarenta e quatro mil, noventa e quatro reais e trinta e oito centavos). Houve uma pausa para que a matéria fosse analisada, sendo aprovada a Prestação de Contas do 6º Bimestre de 2021 (dois mil e vinte). Eu, INES GOMES SILVA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelo Diretor Presidente do Instituto de Previdência, pelo Contador, Sr. Julimar Pinheiro Alves e pelos Conselheiros Administrativo e Fiscal deste Instituto de Previdência. Águia Branca/ES, 25 de janeiro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois).

CONSELHO ADMINISTRATIVO	CONSELHO FISCAL
Arciso da R. Sala	Adélia Mª G. Fedeszen <i>glugfedeszen</i>
Jefferson S. Quiuqui <i>Jefferson</i>	Alexandre Polez <i>APolez</i>
Lúcia Helena T. Floriano	Alexsandro P. Viana <i>APViana</i>
Regina Cely V. Ferreira <i>RCVFerreira</i>	Cristiane Keila B. Silva <i>CKBSilva</i>
Sandra Mara S. Piffer <i>SMSPiffer</i>	Angela Aparecida Gobbi Ferreira <i>AngelaGobbiFerreira</i>
Sirênio Azetedo <i>SirênioAzetedo</i>	
Valdeir Geraldo De Lázari <i>ValdeirLazari</i>	<i>ValdeirLazari</i>
EQUIPE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA "ÁGUIA BRANCA PREV"	
Gilvani Pereira Rosa <i>GilvaniPereiraRosa</i>	Ines Gomes Silva <i>InesGomesSilva</i>
Julimar Pinheiro Alves <i>JulimarPinheiroAlves</i>	

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência "Águia Branca Prev", realizada no dia 14 de janeiro do ano de 2023, às 8 horas, na sala deste Instituto, situado na Rua Jorge Elias Hitt, com os seguintes Conselheiros presentes: Adriana Freisleben de Araújo, Fabíola Martins Corteletti, Rosiane Menegassi Arruda, Maria Inez Cuerci Fedeszen Pozzatti, Graciella de Jesus Oliveira Pessi, João Batista Regatieri, Lucia Helena das Neves Fedeszen Wroblewski, Lucidalva Scaldaferrro Píol, Eurídes Gomes Pinto Araujo, Marcos Antonio Pirola Ramos, Sueli de Souza Rocha Pereira, Cláudia Cuerci Fedeszen Mozdzen.. Havendo quórum, o Presidente, Srº Gilvani Pereira Rosa deu abertura aos trabalhos agradecendo a presença de todos e apresentou a pauta do dia: **Prestação de Contas dos balanços patrimoniais, financeiros, orçamentários e as demonstrações das variações patrimoniais de 2022.** Logo em seguida, passou a palavra para a Contadora do Instituto "Águia Branca Prev", Srª Fernanda Carletti que distribuiu os balanços patrimoniais, financeiros, orçamentários e as demonstrações das variações patrimoniais de 2022 para esclarecimento das movimentações financeiras. Prosseguindo, informou que o Orçamento do Instituto de Previdência "Águia Branca Prev" para o Exercício de 2022 foi aprovado pela Lei nº 1.667, de 18 de novembro de 2021, cuja estimativa de receita foi de R\$ 8.344.000,00 (oito milhões, trezentos e quarenta e quatro mil reais) e fixou a despesa em igual valor. A receita arrecadada no exercício foi de R\$ 7.847.699,23 (sete milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, seiscentos e noventa e nove reais e vinte três centavos), e a despesa paga foi de R\$ 3.755.253,95 (três milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e três reais e noventa e cinco centavos). O saldo financeiro, aplicado nas três Instituições Oficiais: Banco do Brasil, Banestes e Caixa Econômica Federal, totalizou o valor de R\$ 40.881.381,22 (quarenta milhões, oitocentos e oitenta e um mil, trezentos e oitenta e um reais e vinte dois centavos), conforme o balanço financeiro. Os bens móveis do Instituto do Águia Branca Prev em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$ 18.861,55 (dezoito mil, oitocentos e sessenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), após as depreciações realizadas. A Contadora informou que todos os empenhos realizados no Setor Contábil, foram liquidados e pagos dentro do Exercício de 2022, exceto o Cálculo Atuarial 2023 que foi empenhado, mas não liquidado e pago correspondente ao valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e saldo de contrato com a DATAPREV no valor de R\$ 112,90 (cento e doze reais e noventa centavos). Após detalhamento dos relatórios e do balanço patrimonial, o contador explanou minuciosamente a demonstração das variações patrimoniais do Exercício de 2022. Houve uma pausa para análise, discussão e aprovação da matéria, sendo o parecer favorável a Prestação de Contas anual. Sem mais matéria na pauta do dia, o Presidente agradeceu a efetiva participação e a presença de todos. A reunião foi encerrada às 09 horas e 40 minutos. Eu, INES GOMES SILVA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelo Diretor presidente do Instituto de Previdência, pela Contadora, Sra Fernanda Carletti e pelos Conselheiros Administrativo e Fiscal deste Instituto de Previdência. Águia Branca/ES, 14 de janeiro do ano de 2023.



CONSELHO ADMINISTRATIVO

ADRIANA FREISLEBEN DE ARAÚJO	
FABIOLA MARTINS CORTELETTI	
ROSIANE MENEGASSI ARRUDA	
MARIA INEZ CUERCI FEDESZEN POZZATTI	
GRACIELLA DE JESUS OLIVEIRA PESSI	
JOÃO BATISTA REGATIERI	
LÚCIA HELENA DAS NEVES F. WROBLEWSKI	

Lucia Helena das Neves F. Wroblewski

CONSELHO FISCAL



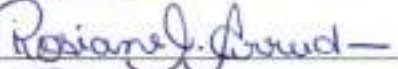
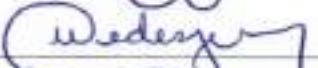

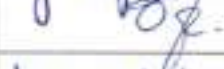
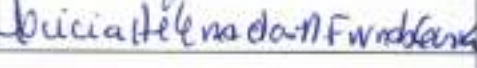


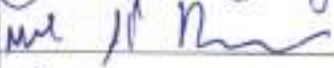
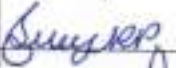

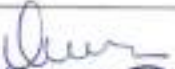


LUCIDALVA SCALDAFERRO PIOL	
EURIDCE GOMES PINTO ARAUJO	
MARCOS ANTONIO PIROLA RAMOS	
SUELI DE SOUZA ROCHA PEREIRA	
CLÁUDIA CUERCI FEDESZEN MOZDZEN	

EQUIPE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA "ÁGUIA BRANCA PREV"

GILVANI PEREIRA ROSA	
INES GOMES SILVA	
FERNANDA CARLETTI	

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência "Águia Branca Prev", realizada no dia 14 de fevereiro do ano de 2023, às 8 horas, na sala deste Instituto, situado na Rua Jorge Elías Hitte, com os seguintes Conselheiros presentes: Adriana Freisleben de Araújo, Fabíola Martins Corteletti, Rosiane Menegassi Arruda, Maria Inez Cuerci Fedeszen Pozzatti, Graciella de Jesus Oliveira Pessi, João Batista Regatieri, Lucia Helena das Neves Fedeszen Wroblewski, Lucidalva Scaldaferro Piol, Euridce Gomes Pinto Araujo, Marcos Antonio Pirola Ramos, Sueli de Souza Rocha Pereira, Cláudia Cuerci Fedeszen Mozdzen. Havendo quórum, o Presidente, Srº Gilvani Pereira Rosa, deu abertura aos trabalhos agradecendo a presença de todos e apresentou a pauta do dia: Boas vindas aos novos conselheiros, Prestação de Contas do 6º bimestre de 2022 (novembro/dezembro). Após dar as boas vindas aos novos conselheiros e explicar a eles a importância da participação dos mesmos para o bom funcionamento do Instituto o Presidente passou a palavra para a Contadora do Instituto "Águia Branca Prev", Srª Fernanda Carletti que distribuiu os balancetes das receitas e das despesas, dando início à prestação de contas do **6º bimestre de 2022**, sendo a receita auferida em novembro no valor de R\$ 493.044,75 (quatrocentos e noventa e três mil quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), advinda das contribuições patronais, do servidor ativo e inativo, da compensação previdenciária, da remuneração dos recursos do RPPS e da amortização do déficit atuarial. No mesmo mês o Instituto incorreu em despesas de R\$ 15.493,24 (quinze mil quatrocentos e noventa e três reais e vinte quatro centavos), custeadas pela taxa administrativa, bem como procedeu ao pagamento de aposentadorias e pensões, no valor de R\$ 283.586,19 (duzentos e oitenta e três mil quinhentos e oitenta e seis reais e dezenove centavos). Em dezembro de 2022, o Instituto apresentou a receita de R\$ 964.685,72 (novecentos e sessenta e quatro mil seiscentos e oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos), sendo tal valor proveniente de contribuições patronais, do servidor ativo e inativo, da compensação previdenciária, da remuneração dos recursos do RPPS e da amortização do déficit atuarial. No mês de dezembro, o Instituto incorreu em despesas de R\$ 79.012,42 (setenta e nove mil doze reais e quarenta e dois centavos), custeadas pela taxa administrativa, bem como pagou aposentadorias e pensões e 13º salário no valor de R\$ 556.424,03 (quinhentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e vinte quatro reais e três centavos). O rendimento das aplicações financeiras, auferido em novembro apresentou o valor de R\$ 141.048,10 (cento e quarenta e um mil quarenta e oito reais e dez centavos), e perdas de R\$ 127.508,33 (cento e vinte sete mil quinhentos e oito reais e trinta e três centavos) nesse mês. No mês de dezembro o rendimento das aplicações financeiras apresentou o valor de R\$ 305.353,00 (trezentos e cinco mil trezentos e cinquenta e três reais) e perdas de R\$ 27.248,12 (vinte e sete mil duzentos e quarenta e oito reais e doze centavos) nesse mês. Houve uma pausa para que a matéria fosse analisada. Sendo aprovada a Prestação de Contas do 6º Bimestre de 2022. Sem mais matéria na pauta do dia, o Presidente agradeceu a efetiva participação e a presença de todos. A reunião foi encerrada às 09 horas e 40 minutos. Eu, INES GOMES SILVA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, Diretora de Previdência e Atuária do Instituto de Previdência, pelo Diretor Presidente Srº Gilvani Pereira Rosa, pela Contadora,

Srª. Fernanda Carletti e pelos Conselheiros Administrativo e Fiscal deste Instituto de Previdência. Águia Branca/ES, 14 de fevereiro de 2023.

CONSELHO ADMINISTRATIVO	
ADRIANA FREISLEBEN DE ARAÚJO	
FABIOLA MARTINS CORTELETTI	
ROSIANE MENEGASSI ARRUDA	
MARIA INEZ CUERCI FEDESZEN POZZATTI	
GRACIELLA DE JESUS OLIVEIRA PESSI	
JOÃO BATISTA REGATIERI	
LÚCIA HELENA DAS NEVES F.WROBLEWSKI	
CONSELHO FISCAL	
LUCIDALVA SCALDAFERRO PIOL	
EURIDCE GOMES PINTO ARAUJO	
MARCOS ANTONIO PIROLA RAMOS	
SUELI DE SOUZA ROCHA PEREIRA	
CLAUDIA CUERCI FEDESZEN MOZDZEN	
EQUIPE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA "ÁGUIA BRANCA PREV"	
INES GOMES SILVA	
GILVANI PEREIRA ROSA	
FERNANDA CARLETTI	

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência "Águia Branca Prev", realizada no dia 11 de março do ano de 2022, às oito horas e trinta minutos, na sala deste Instituto, situado na Rua Jorge Elias Hitté,

com os seguintes Conselheiros presentes: Sirênio Azeredo, Regina Cely Vicente Ferreira, Jefferson dos Santos Quiquê, Ariso da Rocha Sala, Sandra Mara da Silva Piffer, Valdeir Geraldo de Lázari, Lúcia Helena Tavares Floriano, Ângela Aparecida Gobbi Ferreira, Alexandre Polez, Cristiane Keila Bragança da Silva e Adélia Maria GuaresquiFedeszen. Havendo quórum, o Presidente, Srº Gilvani Pereira Rosa, deu abertura aos trabalhos, agradecendo a presença de todos e apresentou a pauta do dia: **Prestação de Contas dos balanços patrimoniais, financeiros, orçamentários e as demonstrações das variações patrimoniais de 2021; Prestação de Contas do 1º bimestre de 2022.** O Presidente passou a palavra para a Contadora do Instituto "Águia Branca Prev", Srª Izadora Breda Fedeszen Quiquê que distribuiu os balanços patrimoniais, financeiros, orçamentários e as demonstrações das variações patrimoniais de 2021 para esclarecimento das movimentações financeiras. Prosseguindo, informou que o Orçamento do Instituto de Previdência "Águia Branca Prev" para o Exercício de 2021 foi aprovado pela Lei nº 1.605, de 05 (cinco) de novembro de 2021 (dois mil e vinte um), cuja estimativa de receita foi de R\$ 7.804.000,00 (sete milhões, oitocentos e quatro mil reais) e fixou a despesa em igual valor. A receita arrecadada no exercício foi de R\$ 5.157.901,96 (cinco milhões, cento e cinquenta e sete mil, novecentos e um reais e noventa e seis centavos), e a despesa paga totalizou em R\$ 2.850.368,86 (dois milhões, oitocentos e cinquenta mil, trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e seis centavos). O saldo financeiro, aplicado nas três Instituições Oficiais: Banco do Brasil, Banestes e Caixa Econômica Federal, totalizou o valor de R\$ 37.212.320,61 (trinta e sete milhões, duzentos e doze mil, trezentos e vinte reais e sessenta e um centavos), conforme o balanço financeiro. Os bens móveis do Instituto do Águia Branca Prev em 31 (trinta e um) de dezembro de 2021 (dois mil e vinte um) totalizaram R\$ 18.954,91 (dezoito mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e um centavos), após as depreciações realizadas. A Contadora informou que todos os empenhos realizados no Setor Contábil, foram liquidados e pagos dentro do Exercício de 2021, exceto o Cálculo Atuarial 2022 que foi empenhado, mas não liquidado e pago correspondente ao valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais). Após detalhamento dos relatórios e do balanço patrimonial, a contadora explanou minuciosamente a demonstração das variações patrimoniais do Exercício de 2021 (dois mil e vinte um). Houve uma pausa para análise, discussão e aprovação da matéria. Sendo o parecer favorável à Prestação de Contas de 2021. Dando continuidade a Srª Izadora distribuiu os balancetes da receita e da despesa referentes aos meses de Janeiro e Fevereiro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), dando início à prestação de contas do **1º bimestre de 2022** sendo a receita auferida em Janeiro no valor de R\$ 155.178,40 (cento e cinquenta e cinco mil cento e setenta e oito reais e quarenta centavos), advinda das contribuições patronais, do servidor ativo e inativo, da compensação previdenciária, da remuneração dos recursos do RPPS e da amortização do déficit atuarial. No mesmo mês o Instituto incorreu em despesas de R\$ 8.925,50 (oito mil, novecentos e vinte cinco reais e cinquenta centavos), custeadas pela taxa administrativa, bem como procedeu ao pagamento de aposentadorias e pensões, no

valor de R\$ 236.594,33 (duzentos e trinta e seis mil quinhentos e noventa e quatro reais e trinta e três centavos). Em Fevereiro de 2022 (dois mil e vinte e dois), o Instituto apresentou a receita de R\$ 551.599,45 (quinhentos e cinquenta e um mil quinhentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos), sendo tal valor proveniente de contribuições patronais, do servidor ativo e inativo, da compensação previdenciária, da remuneração dos recursos do RPPS e da amortização do déficit atuarial. No mês de fevereiro, o Instituto incorreu em despesas de R\$ 7.535,50 (sete mil quinhentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos), custeadas pela taxa administrativa, bem como pagou aposentadorias e pensões no o valor de R\$ 242.177,61(duzentos e quarenta e dois mil cento e setenta e sete reais e sessenta e um centavos). O rendimento das aplicações financeiras, auferido em Janeiro apresentou o valor de R\$ 126.851,07 (cento e vinte seis mil oitocentos e cinquenta e um reais e sete centavos) e as perdas totalizaram R\$ 93.897,97 (noventa e três mil oitocentos e noventa e sete reais e noventa e sete centavos). No mês de Fevereiro, o rendimento das aplicações financeiras apresentou o valor de R\$ 256.998,46 (duzentos e cinquenta e seis mil novecentos e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos). Houve uma pausa para que a matéria fosse analisada. Sendo aprovada a Prestação de Contas do 1º Bimestre de 2022 (dois mil e vinte e dois). Sem mais matéria na pauta do dia, o Presidente agradeceu a efetiva participação e a presença de todos. A reunião foi encerrada às 10 (dez) horas e 20 (vinte) minutos. Eu, INES GOMES SILVA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pela Diretora Executiva do Instituto de Previdência, pela Contadora, Srª. Izadora Breda Fedeszen Quiuqui e pelos Conselheiros Administrativo e Fiscal deste Instituto de Previdência. Águia Branca/ES, 11 (onze) de Março do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois).

CONSELHO ADMINISTRATIVO	CONSELHO FISCAL
Arciso da R. Sala	Adélia Mª G. Fedeszen
Jefferson S. Quiuqui	Alexandre Polez
Lúcia Helena T. Floriano	Alexsandro P. Viana
Regina Cely V. Ferreira	Ângela Aparecida Gobbi Ferreira
Sandra Mara S. Piffer	Cristiane Keila B. Silva
Sirênio Azeredo	
Valdeir Geraldo De Lázari	
EQUIPE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA "ÁGUIA BRANCA PREV"	
Ines Gomes Silva	
Gilvani P. Rosa	

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência "Águia Branca Prev", realizada no dia 02 de maio do ano de 2022, às oito horas e trinta minutos, na sala deste Instituto, situado na Rua Jorge Elias Hitte,

com os seguintes Conselheiros presentes: Sirênio Azeredo, Regina Cely Vicente Ferreira, Jefferson dos Santos Quiuqui, Arciso da Rocha Sala, Sandra Mara da Silva Piffer, Valdeir Geraldo de Lázari, Lúcia Helena Tavares Floriano, Ângela Aparecida Gobbi Ferreira, Alexandre Polez, Cristiane Keila Bragança da Silva e Adélia Maria GuaresquiFedeszen. Havendo quórum, o Presidente, Srº Gilvani Pereira Rosa, deu abertura aos trabalhos, agradecendo a presença de todos e apresentou a pauta do dia: **Apresentação da nova contadora do Instituto; Construção da sede do Instituto; Final do mandato dos conselhos Fiscal e Administrativo; Prestação de Contas do 2º bimestre de 2022.** O Sr. Gilvani apresentou a nova contadora do Instituto, a Srª Fernanda Carletti, que assumiu o cargo em razão de o contador estar como diretor Presidente e não poder assumir as duas vagas. Também falou sobre a construção da Sede do Instituto que é um sonho antigo dos funcionários, uma vez que foi doado um lote há muitos anos e que agora seria a hora perfeita para esse desafio. Foi informado aos conselheiros presentes que em dezembro o mandato deles chega ao fim, pois eles iniciaram em janeiro de 2018 com mandato para 02 anos e em janeiro de 2020 foram reconduzidos por mais 02. Foi explicado a eles que haverá eleição e pedido que eles nos ajudem. A seguir, o Presidente passou a palavra para a Contadora do Instituto "Águia Branca Prev", Srª Fernanda Carletti, que distribuiu os balancetes da receita e da despesa referentes aos meses de Março e Abril do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). Dando início à prestação de contas do **2º bimestre de 2022** sendo a receita auferida em Março no valor de R\$ 944.908,78 (novecentos e quarenta e quatro mil novecentos e oito reais e setenta e oito centavos), advinda das contribuições patronais, do servidor ativo e inativo, da compensação previdenciária, da remuneração dos recursos do RPPS e da amortização do déficit atuarial. No mesmo mês o Instituto incorreu em despesas de R\$ 10.569,70 (dez mil quinhentos e sessenta e nove reais e setenta centavos), custeadas pela taxa administrativa, bem como procedeu ao pagamento de aposentadorias e pensões, no valor de R\$ 244.771,38 (duzentos e quarenta e quatro mil setecentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos). Em Abril de 2022 (dois mil e vinte e dois), o Instituto apresentou a receita de R\$ 591.373,71 (quinhentos e noventa e um mil trezentos e setenta e três reais e setenta e um centavos), sendo tal valor proveniente de contribuições patronais, do servidor ativo e inativo, da compensação previdenciária, da remuneração dos recursos do RPPS e da amortização do déficit atuarial. No mês de Abril, o Instituto incorreu em despesas de R\$ 11.653,66 (onze mil seiscentos e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos), custeadas pela taxa administrativa, bem como pagou aposentadorias e pensões no valor de R\$ 266.511,86 (duzentos e sessenta e seis mil quinhentos e onze reais e oitenta e seis centavos). O rendimento das aplicações financeiras auferido em Março apresentou o valor de R\$ 657.374,20 (seiscentos e cinquenta e sete mil trezentos e setenta e quatro reais e vinte centavos), não havendo perda no mês. No mês de Abril, o rendimento das aplicações financeiras apresentou o valor de R\$ 311.267,02 (trezentos e onze mil duzentos e sessenta e sete reais e dois centavos), havendo uma perda de R\$ 1.455,18 (hum mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e dezoito centavos). Houve uma pausa para que a matéria fosse analisada. Sendo aprovada a Prestação de Contas do 2º Bimestre de 2022 (dois mil e vinte e dois). Sem mais matéria na pauta do dia, o Presidente agradeceu a efetiva participação e a presença de todos. A reunião foi encerrada às 10 (dez) horas e 20 (vinte) minutos. Eu, INES GOMES SILVA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, Diretora Executiva do Instituto de Previdência, pelo Diretor Presidente Srº Gilvani Pereira Rosa, pela Contadora, Srª. Fernanda

Carletti e pelos Conselheiros Administrativo e Fiscal deste Instituto de Previdência. Águia Branca/ES, 02 (dois) de Maio do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois).

CONSELHO ADMINISTRATIVO	CONSELHO FISCAL
Arciso da R. Sala	Adélia M ^a G. Fedeszen
Jefferson S. Quiqu	Alexandre Polez
Lúcia Helena T. Floriano	Alexsandro P. Faria
Regina Cely V. Ferreira	Ângela Aparecida Gobbi Ferreira
Sandra Mara S. Piffer	Cristiane Keila B. Silva
Sirênio Azeredo	
Valdeir Geraldo De Lázari	
EQUIPE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA "ÁGUIA BRANCA PREV"	
Ines Gomes Silva	
Gilvani P. Rosa	
Fernanda Carletti	

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência "Águia Branca Prev", realizada no dia 04 de julho do ano de 2022, às nove horas, na sala deste Instituto, situado na Rua Jorge Elias Hitté,

com os seguintes Conselheiros presentes: Sirênio Azeredo, Regina Cely Vicente Ferreira, Jefferson dos Santos Quiuqui, Arciso da Rocha Sala, Sandra Mara da Silva Piffer, Valdeir Geraldo de Lázari, Lúcia Helena Tavares Floriano, Ângela Aparecida Gobbi Ferreira, Alexandre Polez, Cristiane Keila Bragança da Silva e Adélia Maria Guaresqui Fedeszen. Havendo quórum, o Presidente, Srº Gilvani Pereira Rosa, deu abertura aos trabalhos, agradecendo a presença de todos e apresentou a pauta do dia: **Reunião com o Srº Igor Garcia atuário do Instituto; vida financeira útil do Instituto, prova de vida dos aposentados e pensionistas que acontecerá em outubro, Prestação de Contas do 3º bimestre de 2022.** O Diretor Presidente começou falando da importância da palestra que foi ministrada pelo atuário Igor vindo de Mato Grosso e que teve pouca participação dos funcionários que não se atentam a importância do conhecimento que precisamos ter do Instituto. Falou sobre a necessidade de providências com relação a concurso público, pois estamos com muitos funcionários aposentando o que pode gerar aumentos de alíquotas para manter a vida útil do Instituto. Disse da obrigatoriedade da prova de vida para aposentados e pensionistas que acontecerá em outubro que é exigência do Tribunal de contas. A seguir, o Presidente passou a palavra para a Contadora do Instituto "Águia Branca Prev", Srª Fernanda Carletti, que distribuiu os balancetes da receita e da despesa referentes aos meses de Maio e Junho do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). Dando início à prestação de contas do 3º bimestre de 2022 sendo a receita auferida em Maio no valor de R\$ 665.612,49 (seiscentos e sessenta e cinco mil seiscentos e doze reais e quarenta e nove centavos), advinda das contribuições patronais, do servidor ativo e inativo, da compensação previdenciária, da remuneração dos recursos do RPPS e da amortização do déficit atuarial. No mesmo mês o Instituto incorreu em despesas de R\$ 10.242,51 (dez mil duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta e um centavos), custeadas pela taxa administrativa, bem como procedeu ao pagamento de aposentadorias e pensões, no valor de R\$ 269.355,19 (duzentos e sessenta e nove mil trezentos e cinquenta e cinco reais e dezenove centavos). Em junho de 2022 (dois mil e vinte e dois), o Instituto apresentou a receita de R\$ 511.447,94 (quinhentos e onze mil quatrocentos e quarenta e sete reais e noventa e quatro centavos), sendo tal valor proveniente de contribuições patronais, do servidor ativo e inativo, da compensação previdenciária, da remuneração dos recursos do RPPS e da amortização do déficit atuarial. No mês de junho, o Instituto incorreu em despesas de R\$ 22.155,50 (vinte dois mil cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos), custeadas pela taxa administrativa, bem como pagou aposentadorias e pensões no o valor de R\$ 270.403,02 (duzentos e setenta mil quatrocentos e três reais e dois centavos). O rendimento das aplicações financeiras, auferido em Maio apresentou o valor de R\$ 363.894,06 (trezentos e sessenta e três mil oitocentos e noventa e quatro reais e seis centavos), não havendo perdas nesse mês. No mês de Junho, o rendimento das aplicações financeiras apresentou o valor de R\$ 160.045,14 (cento e sessenta mil quarenta e cinco reais e quatorze centavos) e as perdas totalizaram R\$ 41.172,51 (quarenta e um mil cento e setenta e dois reais e cinquenta e um centavos). Houve uma pausa para que a matéria fosse analisada. Sendo aprovada a Prestação de Contas do 3º Bimestre de 2022 (dois mil e vinte e dois). Sem mais matéria na pauta do dia, o Presidente agradeceu a efetiva participação e a presença de todos. A reunião foi encerrada às 10 (dez) horas e 40 (quarenta) minutos. Eu, INES GOMES SILVA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, Diretora Executiva do Instituto de Previdência, pelo Diretor Presidente Srº Gilvani Pereira Rosa, pela Contadora, Srª. Fernanda Carletti e pelos Conselheiros

Administrativo e Fiscal deste Instituto de Previdência. Águia Branca/ES, 04 (quatro) de julho de 2022 (dois mil e vinte e dois).

CONSELHO ADMINISTRATIVO	CONSELHO FISCAL
Arciso da R. Sala	Adélia M ^a G. Fedeszen
Jefferson S. Quiuqui	Alexandre Polato
Lúcia Helena T. Floriano	Alexsandro B. Viana
Regina Cely V. Ferreira	Ângela Aparecida Gobbi Ferreira
Sandra Mara S. Piffer	Cristiane Keila R. Silva
Sirênio Azevedo	
Valdeir Geraldo De Lázari	
EQUIPE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA "ÁGUIA BRANCA PREV"	
Ines Gomes Silva	
Gilvani P. Rosa	
Fernanda Carletti	

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência "Águia Branca Prev", realizada no dia 05 de setembro do ano de 2022, às nove horas, na sala deste Instituto, situado na Rua Jorge Elias Hille,

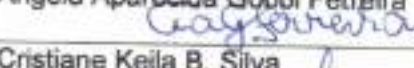
com os seguintes Conselheiros presentes: Sirênio Azeredo, Regina Cely Vicente Ferreira, Jefferson dos Santos Quiuqui, Arciso da Rocha Sala, Sandra Mara da Silva Piffer, Valdeir Geraldo de Lázari, Lúcia Helena Tavares Floriano, Ângela Aparecida Gobbi Ferreira, Alexandre Polez, Cristiane Keila Bragança da Silva e Adélia Maria Guaresqui Fedeszen. Havendo quórum, o Presidente, Sr^o Gilvani Pereira Rosa, deu abertura aos trabalhos agradecendo a presença de todos e apresentou a pauta do dia: **Prestação de Contas do 4º bimestre de 2022 (julho/ agosto)**. O Presidente passou a palavra para a Contadora do Instituto "Águia Branca Prev", Sr^a Fernanda Carletti, que distribuiu os balancetes da receita e da despesa referentes aos meses de julho e agosto do ano de 2022. Dando início à prestação de contas do 4º bimestre de 2022, sendo a receita auferida em julho no valor de R\$ 554.466,34 (quinhentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos), advinda das contribuições patronais, do servidor ativo e inativo, da compensação previdenciária, da remuneração dos recursos do RPPS e da amortização do déficit atuarial. No mesmo mês o Instituto incorreu em despesas de R\$ 16.027,25 (dezesseis mil vinte e sete reais e vinte cinco centavos), custeadas pela taxa administrativa, bem como procedeu ao pagamento de aposentadorias e pensões, no valor de R\$ 310.698,89 (trezentos e dez mil seiscentos e noventa e oito reais e oitenta e nove centavos). Em agosto de 2022, o Instituto apresentou a receita de R\$ 797.543,42 (setecentos e noventa e sete mil quinhentos e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos), sendo tal valor proveniente de contribuições patronais, do servidor ativo e inativo, da compensação previdenciária, da remuneração dos recursos do RPPS e da amortização do déficit atuarial. No mês de agosto, o Instituto incorreu em despesas de R\$ 15.594,43 (quinze mil quinhentos e noventa e quatro reais e quarenta e três centavos), custeadas pela taxa administrativa, bem como pagou aposentadorias e pensões no valor de R\$ 280.253,19 (duzentos e oitenta mil duzentos e cinquenta e três reais e dezenove centavos). O rendimento das aplicações financeiras, auferido em julho apresentou o valor de R\$ 202.544,78 (duzentos e dois mil quinhentos e quarenta e quatro reais e setenta e oito centavos), havendo perdas no valor de R\$ 135.215,46 (cento e trinta e cinco mil duzentos e quinze reais e quarenta e seis centavos). No mês de agosto, o rendimento das aplicações financeiras apresentou o valor de R\$ 458.948,93 (quatrocentos e cinquenta e oito mil novecentos e quarenta e oito reais e noventa e três centavos) não havendo perdas nesse mês. Houve uma pausa para que a matéria fosse analisada. Sendo aprovada a Prestação de Contas do 4º Bimestre de 2022. Sem mais matéria na pauta do dia, o Presidente agradeceu a efetiva participação e a presença de todos. A reunião foi encerrada às 10 horas e 25 minutos. Eu, INES GOMES SILVA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, Diretora de Previdência e Atuária do Instituto de Previdência, pelo Diretor Presidente Sr^o Gilvani Pereira Rosa, pela Contadora, Sr^a,

Fernanda Carletti e pelos Conselheiros Administrativo e Fiscal deste Instituto de Previdência. Águia Branca/ES, 05 de setembro de 2022.

CONSELHO ADMINISTRATIVO	CONSELHO FISCAL
Arciso da R. Sala	Adélia Mª G. Fedeszen
Jefferson S. Quiuqui	Alexandre Pelez
Lúcia Helena T. Floriano	Alexsandro P. Viana
Regina Cely V. Ferreira	Angela Aparecida Gobbi Ferreira
Sandra Mara S. Piffer	Cristiane Keila B. Silva
Sirênio Azeredo	
Valdeir Geraldo De Lázari	
EQUIPE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA "ÁGUIA BRANCA PREV"	
Ines Gomes Silva	
Gilvani P. Rosa	
Fernanda Carletti	

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência "Águia Branca Prev", realizada no dia 07 de novembro do ano de 2022, às oito horas, na sala deste Instituto, situado na Rua Jorge Elias Hitt,.

com os seguintes Conselheiros presentes: Sirênio Azeredo, Regina Cely Vicente Ferreira, Jefferson dos Santos Quiuqui, Arciso da Rocha Sala, Sandra Mara da Silva Pitter, Valdeir Geraldo de Lázari, Lúcia Helena Tavares Floriano, Ângela Aparecida Gobbi Ferreira, Alexandre Polez, Cristiane Keila Bragança da Silva e Adélia Maria Guaresqui Fedeszen. Havendo quórum, o Presidente, Srº Gilvani Pereira Rosa, deu abertura aos trabalhos agradecendo a presença de todos e apresentou a pauta do dia: **Prestação de Contas do 5º bimestre de 2022 (setembro/ outubro).** o Presidente passou a palavra para a Contadora do Instituto "Águia Branca Prev", Srª Fernanda Carletti, que distribuiu os balanços da receita e da despesa referentes aos meses de setembro e outubro do ano de 2022. Dando início à prestação de contas do 5º bimestre de 2022 sendo a receita auferida em setembro no valor de R\$ 806.530,06 (oitocentos e seis mil quinhentos e trinta reais e seis centavos), advinda das contribuições patronais, do servidor ativo e inativo, da compensação previdenciária, da remuneração dos recursos do RPPS e da amortização do déficit atuarial. No mesmo mês o Instituto incorreu em despesas de R\$ 10.496,17 (dez mil quatrocentos e noventa e seis reais e dezessete centavos), custeadas pela taxa administrativa, bem como procedeu ao pagamento de aposentadorias e pensões, no valor de R\$ 261.424,79 (duzentos e oitenta e um mil quatrocentos e vinte quatro reais e setenta e nove centavos). Em outubro de 2022, o Instituto apresentou a receita de R\$ 844.693,99 (oitocentos e quarenta e quatro mil seiscentos e noventa e três reais e noventa e nove centavos), sendo tal valor proveniente de contribuições patronais, do servidor ativo e inativo, da compensação previdenciária, da remuneração dos recursos do RPPS e da amortização do déficit atuarial. No mês de outubro, o Instituto incorreu em despesas de R\$ 11.931,30 (onze mil novecentos e trinta e um reais e trinta centavos), custeadas pela taxa administrativa, bem como pagou aposentadorias e pensões no o valor de R\$ 263.303,39 (duzentos e oitenta e três mil trezentos e três reais e trinta e nove centavos). O rendimento das aplicações financeiras, auferido em setembro apresentou o valor de R\$ 463.199,28 (quatrocentos e sessenta e três mil cento e noventa e nove reais e vinte oito centavos), não havendo perdas nesse mês. No mês de outubro, o rendimento das aplicações financeiras apresentou o valor de R\$ 461.335,23 (quatrocentos e sessenta e um mil trezentos e trinta e cinco reais e vinte três centavos) não havendo perdas nesse mês. Houve uma pausa para que a matéria fosse analisada. Sendo aprovada a Prestação de Contas do 5º Bimestre de 2022. Sem mais matéria na pauta do dia, o Presidente agradeceu a efetiva participação e a presença de todos. A reunião foi encerrada às 09 horas e 45 minutos. Eu, INES GOMES SILVA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, Diretora de Previdência e Atuária do Instituto de Previdência, pelo Diretor Presidente Srº Gilvani Pereira Rosa, pela Contadora, Srª. Fernanda Carletti e pelos Conselheiros Administrativo e Fiscal deste Instituto de Previdência. Águia Branca/ES, 07 de novembro de 2022

CONSELHO ADMINISTRATIVO		CONSELHO FISCAL	
Arciso da R. Sala		Adélia M ^a G. Fedeszen	
Jefferson S. Quiuqui		Alexandre Póez	
Lúcia Helena T. Floriano		Alexsandro P. Viana	
Regina Cely V. Ferreira		Ângela Aparecida Gobbi Ferreira	
Sandra Mara S. Piffer		Cristiane Keila B. Silva	
Sirênio Azeredo			
Valdeir Geraldo De Lázari			
EQUIPE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA "ÁGUA BRANCA PREV"			
Ines Gomes Silva			
Gilvani P. Rosa			
Fernanda Carletti			

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência "Águia Branca Prev", realizada no dia 09 de Dezembro do ano de 2022, às oito horas, na sala deste Instituto, situado à Rua Jorge Elias Hitt,

Com os seguintes Conselheiros presentes: Sirênio Azeredo, Regina Cely Vicente Ferreira, Jefferson dos Santos Quiquí, Arciso da Rocha Sala, Sandra Mara da Silva Piffer, Valdeir Geraldo de Lázari, Lúcia Helena Tavares Floriano, Ângela Aparecida Gobbi Ferreira, Alexsandro dos Passos Viana, Alexandre Polez, Cristiane Keila Bragança da Silva e Adélia Maria Guaresqui Fedeszen. Havendo quórum, O Presidente Srº Gilvani Pereira Rosa deu abertura a reunião agradecendo a presença de todos e apresentou a pauta do dia: **Apresentação da Política de Investimentos para o Exercício de 2023, Eleição dos conselheiros para o biênio 2023/2024 e agradecimento aos conselheiros que estão findando mandato.** Distribuiu aos Conselheiros presentes, cópias da Política de Investimentos supracitada para acompanhamento do assunto. Fez uma explanação detalhada e esclareceu a importância desse documento ao Ministério da Previdência, haja vista, a dependência do mesmo para regularização do CRP - Certificado de Regularidade Previdenciária. A referida política de investimento foi elaborada respeitando os limites definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução CMN nº 4.963/2021, com distribuição proposta para os recursos, nas modalidades de aplicações existentes no mercado financeiro, visando otimizar o retorno desses investimentos e assegurar a sustentabilidade do plano de benefícios dos RPPS. Informou ainda, que a política de Investimentos tem como objetivo formalizar os investimentos do "Águia Branca Prev", preservando o equilíbrio financeiro e o atendimento a meta atuarial. O Presidente aguardou a leitura do material proposto e discussão do mesmo, e a fixação da meta atuarial para 2023 de INPC + 4,94%. Após, foi colocado em votação e foi aprovada por unanimidade. O Presidente informou que no dia 19 de outubro foi realizada a eleição para os conselheiros para o biênio 2023/2024 cumprindo o disposto na lei 523/02 e no regimento interno do Águia Branca PREV. A apuração ocorreu em 31 de outubro de 2022 tendo sido eleitos os seguintes conselheiros: Conselho Administrativo - Adriana Freisleben de Araujo, Fabiola Martins Corteletti, Rosiane Menegassi Arruda, Maria Inez Cuerci Fedeszen Pozzatti, Graciella de Jesus Oliveira Pessi (indicada), João Batista Regatieri (indicado) e Lucia Helena das Neves Fedeszen Wroblewski (indicada). Conselho Fiscal: Lucidalva Scaldaferrero Píol, Eurídeo Gomes Pinto Araujo, Marcos Antonio Pirola Ramos (indicado), Sueli de Souza Rocha Pereira (indicada) e Claudia Cuerci Fedeszen Mozdzen (indicada). A Diretora de Previdência e Atualia agradeceu aos conselheiros do biênio 2019-2020 reconduzidos para o biênio 2021-2022 pela importante atuação na tomada de decisões do Águia Branca PREV, ressaltando ainda que os novos conselheiros tenham a mesma responsabilidade dos conselheiros que atuaram até o momento, para que cada vez mais consigamos garantir solidez e equilíbrio do Instituto.

Não havendo mais matéria na ordem do dia, agradeceu a participação de todos e a reunião foi encerrada. Eu Ines Gomes Silva Lavrei a presente ata, que vai assinada por

mim, pelo Diretor Presidente, e Conselheiros Administrativo e Fiscal do Instituto "Águia Branca Prev". Águia Branca/ES, 09 de dezembro de 2022.

CONSELHO ADMINISTRATIVO	CONSELHO FISCAL
Arciso da R. Sala	Adélia M ^a G. Fedeszen
Jefferson S. Quiuqui	Alexandre Boez
Lúcia Helena T. Floriano	Alexsandro B. Viana
Regina Cely V. Ferreira	Ângela Aparecida Gobbi Ferreira
Sandra Mara S. Piffer	Cristiane Keila B. Silva
Sirênio Azeredo	
Valdeir Geraldo De Lázari	
EQUIPE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA "ÁGUIA BRANCA PREV"	
Ines Gomes Silva	
Gilvani P. Rosa	



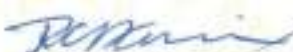
PARECER

Os membros do CONSELHO FISCAL do "ÁGUIA BRANCA PREV", abaixo assinados, conforme Art. 63, Inciso X da lei municipal 523/02, após análise do **BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS, FINANCEIRO, PATRIMONIAL e das DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS E DEMAIS ANEXOS ESTABELECIDOS no art. 101, da Lei Federal Nº 4.320/64 e IN TCE-ES 68/20**, referente ao Exercício Financeiro de 2021, vem por meio deste PARECER, concluir pela aprovação da matéria apresentada pela Diretoria Executiva do mesmo.

Ante ao exposto, encaminhamos o presente **PARECER** ao **CONSELHO ADMINISTRATIVO** para análise e deliberação.

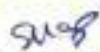
Águia Branca- ES, 11 de março de 2022.


SIRÊNIO AZEREDO
CONSELHEIRO


REGINA CELY VICENTE FERREIRA
CONSELHEIRA


JEFFERSON DOS SANTOS QUIUQUI
CONSELHEIRO


ARCISO DA ROCHA-SALA
CONSELHEIRO


SANDRA MARA DA SILVA PIFFER
CONSELHEIRA


VALDEIR GERALDO DE LÁZARI
CONSELHEIRO


LÚCIA HELENA TAVARES FLORIANO
CONSELHEIRA



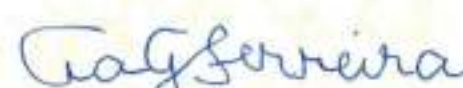
De acordo com o **CONSELHO ADMINISTRATIVO**, o **CONSELHO FISCAL** aprecia e delibera a documentação supracitada.

Águia Branca- ES, 11 de março de 2022.


ADELIA MARIA GUARESQUI FEDESZEN
CONSELHEIRA


ALEXANDRE POLEZ
CONSELHEIRO


ALEXSANDRO DOS PASSOS VIANA
CONSELHEIRO


ÂNGELA APARECIDA GOBBI FERREIRA
CONSELHEIRA


CRISTIANE KEILA BRAGANÇA DA SILVA
CONSELHEIRA




PARECER


Os membros do **CONSELHO FISCAL** do "ÁGUIA BRANCA PREV" abaixo assinados, conforme Art. 63, Inciso X da lei municipal 523/02, após análise do **BALANCETE MENSAL DA RECEITA e BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA** do **ÁGUIA BRANCA PREV**, referente aos meses de **MARÇO** e **ABRIL** de 2022, vem por meio deste parecer, concluir pela aprovação da matéria apresentada pela Diretoria Executiva do mesmo.

Ante ao exposto, encaminhamos o presente **PARECER** ao **CONSELHO ADMINISTRATIVO** para análise e deliberação.


Águia Branca- ES, 02 de maio de 2022.


SIRÊNIO AZEREDO
CONSELHEIRO


REGINA CELY VICENTE FERREIRA
CONSELHEIRA


JEFFERSON DOS SANTOS QUIUQUI
CONSELHEIRO


ARCISO DA ROCHA SALA
CONSELHEIRO


SANDRA MARA DA SILVA PIFFER
CONSELHEIRA


VALDEIR GERALDO DE LÁZARI
CONSELHEIRO


LÚCIA HELENA TAVARES FLORIANO
CONSELHEIRA




De acordo com o **CONSELHO ADMINISTRATIVO**, o **CONSELHO FISCAL** aprecia e delibera a documentação supracitada.

Águia Branca- ES, 02 de maio de 2022.


ADÉLIA MARIA GUARESQUI FEDESZEN
CONSELHEIRA


ALEXANDRE POLEZ
CONSELHEIRO


ALEXSANDRO DOS PASSOS VIANA
CONSELHEIRO


ÂNGELA APARECIDA GOBBI FERREIRA
CONSELHEIRA


CRISTIANE KEILA BRAGANÇA DA SILVA
CONSELHEIRA





PARECER

Os membros do **CONSELHO FISCAL** do "ÁGUA BRANCA PREV" abaixo assinados, conforme Art. 63, Inciso X da lei municipal 523/02, após análise do **BALANCETE MENSAL DA RECEITA e BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA** do **ÁGUA BRANCA PREV**, referente aos meses de MAIO e JUNHO de 2022, vem por meio deste parecer, concluir pela aprovação da matéria apresentada pela Diretoria Executiva do mesmo.

Ante ao exposto, encaminhamos o presente **PARECER** ao **CONSELHO ADMINISTRATIVO** para análise e deliberação.


Água Branca- ES, 04 de Julho de 2022.


SIRÊNIO AZEREDO
CONSELHEIRO


REGINA CELY VICENTE FERREIRA
CONSELHEIRA


JEFFERSON DOS SANTOS QUIUQUI
CONSELHEIRO


ARCISO DA ROCHA SALA
CONSELHEIRO


SANDRA MARA DA SILVA PIFFER
CONSELHEIRA

VALDEIR GERALDO DE LÁZARI
CONSELHEIRO


LÚCIA HELENA TAVARES FLORIANO
CONSELHEIRA



De acordo com o **CONSELHO ADMINISTRATIVO**, o **CONSELHO FISCAL** aprecia e delibera a documentação supracitada.

Água Branca- ES, 04 de Julho de 2022.


ADÉLIA MARIA GUARESQUI FEDESZEN
CONSELHEIRA


ALEXANDRE POLEZ
CONSELHEIRO


ALEXSANDRO DOS PASSOS VIANA
CONSELHEIRO


ÂNGELA APARECIDA GOBBI FERREIRA
CONSELHEIRA


CRISTIANE KEILA BRAGANÇA DA SILVA
CONSELHEIRA




PARECER

Os membros do **CONSELHO FISCAL** do "ÁGUIA BRANCA PREV" abaixo assinados, conforme Art. 63, Inciso X da lei municipal 523/02, após análise do **BALANCETE MENSAL DA RECEITA e BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA do ÁGUIA BRANCA PREV**, referente aos meses de JULHO e AGOSTO de 2022, vem por meio deste parecer, concluir pela aprovação da matéria apresentada pela Diretoria Executiva do mesmo.

Ante ao exposto, encaminhamos o presente **PARECER** ao **CONSELHO ADMINISTRATIVO** para análise e deliberação.


Águia Branca- ES, 05 de setembro de 2022.


SIRÊNIO AZEREDO
CONSELHEIRO



REGINA CELY VICENTE FERREIRA
CONSELHEIRA


JEFFERSON DOS SANTOS QUIUQUI
CONSELHEIRO


ARCISO DA ROCHA SALA
CONSELHEIRO


SANDRA MARA DA SILVA PIFFER
CONSELHEIRA


VALDEIR GERALDO DE LÁZARI
CONSELHEIRO


LÚCIA HELENA TAVARES FLORIANO
CONSELHEIRA




ÁGUA BRANCA PREV

De acordo com o **CONSELHO ADMINISTRATIVO**, o **CONSELHO FISCAL** aprecia e delibera a documentação supracitada.

Água Branca- ES, 05 de setembro de 2022.


ADELIA MARIA GUARESQUI FEDESZEN
CONSELHEIRA


ALEXANDRE POLEZ
CONSELHEIRO


ALEXSANDRO DOS PASSOS VIANA
CONSELHEIRO


ÂNGELA APARECIDA GOBBI FERREIRA
CONSELHEIRA


CRISTIANE KEILA BRAGANÇA DA SILVA
CONSELHEIRA



PARECER

Os membros do **CONSELHO FISCAL**, do "ÁGUIA BRANCA PREV" abaixo assinados, conforme Art. 63, Inciso X da lei municipal 523/02, após análise do **BALANCETE MENSAL DA RECEITA e BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA do ÁGUIA BRANCA PREV**, referente aos meses de SETEMBRO e OUTUBRO de 2022, vem por meio deste parecer, concluir pela aprovação da matéria apresentada pela Diretoria Executiva do mesmo.

Ante ao exposto, encaminhamos o presente **PARECER** ao **CONSELHO ADMINISTRATIVO** para análise e deliberação.

Águia Branca- ES, 07 de novembro de 2022.



SIRÊNIO AZEREDO
CONSELHEIRO




REGINA CELY VICENTE FERREIRA
CONSELHEIRA



JEFFERSON DOS SANTOS QUIUQUI
CONSELHEIRO



ARCISO DA ROCHA SALA
CONSELHEIRO



SANDRA MARA DA SILVA PIFFER
CONSELHEIRA



VALDEIR GERALDO DE LÁZARI
CONSELHEIRO



LÚCIA HELENA TAVARES FLORIANO
CONSELHEIRA



PARECER

Os membros do **CONSELHO FISCAL**, do "ÁGUIA BRANCA PREV" abaixo assinados, conforme Art. 63, Inciso X da lei municipal 523/02, após análise do **BALANCETE MENSAL DA RECEITA e BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA** do **ÁGUIA BRANCA PREV**, referente aos meses de JULHO e AGOSTO de 2022, vem por meio deste parecer, concluir pela aprovação da matéria apresentada pela Diretoria Executiva do mesmo.

Ante ao exposto, encaminhamos o presente **PARECER** ao **CONSELHO ADMINISTRATIVO** para análise e deliberação.


Água Branca- ES, 05 de setembro de 2022.


SIRÊNIO AZEREDO
CONSELHEIRO


REGINA CELY VICENTE FERREIRA
CONSELHEIRA


JEFFERSON DOS SANTOS QUIUQUI
CONSELHEIRO


ARCISO DA ROCHA SALA
CONSELHEIRO


SANDRA MARA DA SILVA PIFFER
CONSELHEIRA


VALDEIR GERALDO DE LÁZARI
CONSELHEIRO


LÚCIA HELENA TAVARES FLORIANO
CONSELHEIRA




PARECER

Os membros do **CONSELHO FISCAL** do "ÁGUIA BRANCA PREV" abaixo assinados, conforme Art. 63, Inciso X da lei municipal 523/02, após análise do **BALANCETE MENSAL DA RECEITA e BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA do ÁGUIA BRANCA PREV**, referente aos meses de SETEMBRO e OUTUBRO de 2022, vem por meio deste parecer, concluir pela aprovação da matéria apresentada pela Diretoria Executiva do mesmo.

Ante ao exposto, encaminhamos o presente **PARECER** ao **CONSELHO ADMINISTRATIVO** para análise e deliberação.


Águia Branca- ES, 07 de novembro de 2022.


SIRÊNIO AZEREDO
CONSELHEIRO


REGINA CELY VICENTE FERREIRA
CONSELHEIRA


JEFFERSON DOS SANTOS QUIUQUI
CONSELHEIRO


ARCISO DA ROCHA SALA
CONSELHEIRO


SANDRA MARA DA SILVA PIFFER
CONSELHEIRA


VALDEIR GERALDO DE LÁZARI
CONSELHEIRO


LÚCIA HELENA TAVARES FLORIANO
CONSELHEIRA



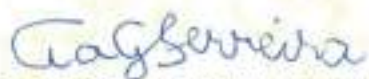
De acordo com o **CONSELHO ADMINISTRATIVO**, o **CONSELHO FISCAL** aprecia e delibera a documentação supracitada.

Águia Branca- ES, 07 de novembro de 2022.


ADÉLIA MARIA GUARESQUI FEDESZEN
CONSELHEIRA


ALEXANDRE POLEZ
CONSELHEIRO


ALEXSANDRO DOS PASSOS VIANA
CONSELHEIRO


ÂNGELA APARECIDA GOBBI FERREIRA
CONSELHEIRA


CRISTIANE KEILA BRAGANÇA DA SILVA
CONSELHEIRA



PARECER


Os membros do **CONSELHO FISCAL**, abaixo assinados, após análise da **POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS** referente ao Exercício de 2023 do Instituto "ÁGUIA BRANCA PREV", vem por meio deste parecer, concluir pela aprovação da matéria apresentada pela Diretoria Executiva do mesmo, inclusive em relação a decisão de nova meta atuarial que será 4,94% + INPC.

Ante ao exposto, encaminhamos o presente **PARECER** ao **CONSELHO ADMINISTRATIVO** para análise e deliberação.

Águia Branca, 09 de Dezembro de 2022.



SIRÊNIO AZEREDO
CONSELHEIRO




REGINA CELY VICENTE FERREIRA
CONSELHEIRA



JEFFERSON DOS SANTOS QUIUQUI
CONSELHEIRO




ARCISO DA ROCHA SALA
CONSELHEIRO



SANDRA MARA DA SILVA PIFFER
CONSELHEIRA



VALDEIR GERALDO DE LÁZARI
CONSELHEIRO



LÚCIA HELENA TAVARES FLORIANO
CONSELHEIRA



De acordo com o **CONSELHO ADMINISTRATIVO**, o **CONSELHO FISCAL** aprecia e delibera a documentação supra citada.

Água Branca, 09 de Dezembro de 2022.

ÂNGELA APARECIDA GOBBI FERREIRA
CONSELHEIRA

ALEXANDRE POLEZ
CONSELHEIRO

ALEXSANDRO DOS PASSOS VIANA
CONSELHEIRO

CRISTIANE KEILA BRAGANÇA DA SILVA
CONSELHEIRA

ADÉLIA MARIA GUARESQUI FEDESZEN
CONSELHEIRA



PARECER

Os membros do **CONSELHO FISCAL**, do "ÁGUIA BRANCA PREV" abaixo assinados, conforme Art. 63, Inciso X da lei municipal 523/02, após análise do **BALANCETE MENSAL DA RECEITA e BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA do ÁGUIA BRANCA PREV**, referente aos meses de NOVEMBRO e DEZEMBRO de 2022, vem por meio deste parecer, concluir pela aprovação da matéria apresentada pela Diretoria Executiva do mesmo.

Ante ao exposto, encaminhamos o presente **PARECER** ao **CONSELHO ADMINISTRATIVO** para análise e deliberação.

Águia Branca- ES, 14 de fevereiro de 2023.


FABIOLA MARTINS CORTELETI
CONSELHEIRA PRESIDENTE

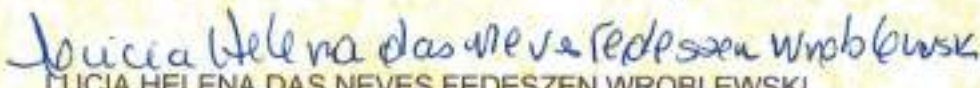

ADRIANA FREISLEBEN DE ARAÚJO
CONSELHEIRA


ROSIANE MENEGASSI ARRUDA
CONSELHEIRA


MARIA INEZ CUERCI FEDESZEN POZZATTI
CONSELHEIRA


GRACIELLA DE JESUS OLIVEIRA PESSI
CONSELHEIRA


JOÃO BATISTA REGATIERI
CONSELHEIRO


LUCIA HELENA DAS NEVES FEDESZEN WROBLEWSKI
CONSELHEIRA



De acordo com o **CONSELHO ADMINISTRATIVO**, o **CONSELHO FISCAL** aprecia e delibera a documentação supracitada.

Água Branca- ES, 14 de fevereiro de 2023.


EURIDCE GOMES PINTO ARAUJO
CONSELHEIRA PRESIDENTE


LUCIDALVA SCALDAFERRO PIOL
CONSELHEIRA


MARCOS ANTONIO PIROLA RAMOS
CONSELHEIRO


SUELI DE SOUZA ROCHA
CONSELHEIRA


CLAUDIA CUERCI FEDESZEN MOZDZEN
CONSELHEIRA



PARECER

Os membros do CONSELHO FISCAL do "ÁGUA BRANCA PREV", abaixo assinados, conforme Art. 63, Inciso X da lei municipal 523/02, após análise do **BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS, FINANCEIRO, PATRIMONIAL e das DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS E DEMAIS ANEXOS ESTABELECIDOS** no art. 101, da Lei Federal Nº 4.320/64 e IN TCE-ES 68/20, referente ao Exercício Financeiro de 2022, vem por meio deste PARECER, concluir pela aprovação da matéria apresentada pela Diretoria Executiva do mesmo.

Ante ao exposto, encaminhamos o presente **PARECER** ao **CONSELHO ADMINISTRATIVO** para análise e deliberação.

Água Branca- ES, 14 de fevereiro de 2023.


FABIOLA MARTINS CORTELETI
CONSELHEIRA PRESIDENTE



ADRIANA FREISLEBEN DE ARAÚJO
CONSELHEIRA


ROSIANE MENEZGASSI ARRUDA
CONSELHEIRA


MARIA INEZ CUERCI FEDESZEN POZZATTI
CONSELHEIRA


GRACIELLA DE JESUS OLIVEIRA PESSI
CONSELHEIRA



JOÃO BATISTA REGATIERI
CONSELHEIRO


LUCIA HELENA DAS NEVES FEDESZEN WROBLEWSKI
CONSELHEIRA




De acordo com o **CONSELHO ADMINISTRATIVO**, o **CONSELHO FISCAL** aprecia e delibera a documentação supracitada.

Água Branca- ES, 14 de fevereiro de 2023.


EURIDCE GOMES PINTO ARANGO
CONSELHEIRA PRESIDENTE


LUCIDALVA SCALDAFERRO PIOL
CONSELHEIRA


MARCOS ANTONIO PIROLA RAMOS
CONSELHEIRO


SUELI DE SOUZA ROCHA
CONSELHEIRA


CLAUDIA CUERCI HESZEN MOZDZEN
CONSELHEIRA